

Federação Gaúcha de Mulheres

Machismo sem máscaras

Nove horas da manhã. Esperando os ônibus, distribuindo os crachás, orando a Deus, cantando o Hino. Eis a fórmula do HP para criar uma federação de mulheres.

Denise Dora

Nove horas da manhã. Início do "congresso". Esperando os ônibus com as mulheres e as crianças, estavam os militantes do **Hora do Povo** já preparados para formar uma fila, puxar pelo cabresto as pessoas, dos ônibus até a entrada da Assembleia Legislativa, fazer a "chamada" e dar um cartão amarelo que seria o crachá dos delegados. As pessoas não sabiam ao certo o que estavam fazendo ali e as notas distribuídas pelo PT e pelo PMDB foram "proibidas" de serem lidas pelas mulheres. E assim, em meio a enormes bandeiras do HP, quantidades de faixas defendendo "o direito de nascer", a "revisão da Lei de Segurança Nacional", que criavam um ar efusivo digno de "grandes acontecimentos", as delegadas eram levadas para seus lugares e guarda-costas do HP barravam a passagem de outras pessoas e o contato com as delegadas.

Entrada no palco

Às dez e meia da manhã começou o show. Com uma animadora que não conseguiu sequer ter noção de ridículo (obviamente uma candidata do HP) o clima de euforia começou a ser construído. Exaltando as delegações do interior do estado com vivas e inflamados discursos, mantido sobre as entidades presentes, fazendo apologias sobre a maravilha que é ser mulher e ali estar, os personagens do **Hora do Povo** foram entrando em cena.

O show aumentava de qualidade a cada instante. Começaram os cerca de vinte discursos das participantes da mesa, todos entremeados de orações a Deus, defesas de que "num Brasil melhor as mulheres não precisarão trabalhar fora, poderão ficar em casa cumprindo seu digno papel de mães e esposas".

As raras pessoas presentes que não foram mobilizadas enquanto "mães" para ir ao Congresso, estavam abismadas: as militantes do PT, os jornalistas, os próprios fotógrafos contratados pelos organizadores para cobrir o evento não sabiam como reagir perante a grosseria manipulação que estava sendo posta em prática.

É conhecida a prática do HP de fazer passar propostas por aclamação, manobras ou omissão, mas, desta vez, os estatutos foram aprovados em meio a cantorias e orações.

Cantorias

Em total contradição com o seu discurso, de



Aclamações, cânticos e orações deram o tom no congresso

que "as mulheres estão aqui fazendo política", o que se via era o absoluto controle dos gestos e da emoção das mulheres ali presentes que foi planejada, ensaiada (certamente) e encenada pelo **Hora do Povo**.

No último crescente de histeria, à tarde, houve uma "tribuna livre" onde mulheres choraram e fizeram raivosas preleções, inclusive com representantes das mais reacionárias das igrejas, defendendo que "o povo deve esperar de Deus o que não tem", "tem que aprender a se ajoelhar", no mais perfeito estilo de uma outra seita, a TFP.

Escolha do elenco

O desfecho foi a eleição da diretoria. Este clima final foi brilhantemente encaminhado pelos astros do HP (participação especial: Marcia Campos, como presidente da Federação Paulista das Mulheres). Criou-se no público um clima de expectativa. A chapa para compor a Diretoria foi sendo apresentada e paulatinamente encaminhando-se para a apoteose final: a indicação de Edi Girardi para Presidente. Chegado o momento, antes da apresentadora pronunciar o seu nome, o plenário já chamava em uníssono, esperando a sua aparição que foi perfeita: abriu-se um vão entre as pessoas no palco e, lá estava, Edi Girardi, com um buquê de flores amarelas, chorando... Ela pegou o microfone e, num misto de informações sobre o preço do café, a dívida externa e a luta das mulheres, fez seu discurso de posse. Aí vem o apocalíptico final: em meio às suas palavras, começa crescendo uma melodia que gradativamente ocupa todo o espaço da Assembleia e, a cada compasso, vai penetrando os ouvidos, o coração, as cabeças: o grandioso Hino Nacional cantado historicamente por todas as pessoas de mãos dadas.

O HP e o movimento de mulheres

Para concretizar seu objetivo de fundar a "federação" agora, para que a "Confederação das Mulheres Brasileiras" possa sair antes das eleições de novembro, o **Hora do Povo** não teve dúvidas em rachar com a Comissão pró-Federação, criada no "1.º Congresso" em agosto de 81. Isto porque as demais correntes políticas integrantes da Comissão — PDT, **Tribuna** e **Voz da Unidade** — deliberaram só fundar a federação depois das eleições de novembro.

Assim, o HP, mascarando-se atrás de entidades fantasmas e em alianças com diretorias sindicais pelegas, protagonizou isolado a fundação da "federação". Definiu um Estatuto que impõe penalidades para suas filiadas e um plano de lutas que não é mais que uma síntese do programa do HP par a conjuntura e que coloca as questões específicas da mulher como secundárias.

Essa política privilegia mobilizar mulheres que possuem pouca inserção, ou quase nenhuma, no mercado de trabalho. A grande maioria são donas-de-casa despolitizadas e que se tornam bastante vulneráveis ao tipo de apelo característico do HP: a defesa reacionária da maternidade, da família e do casamento.

Como responder a essa política

No "1.º Congresso da Mulher Gaúcha" a intervenção que os grupos feministas e o PT tiveram, denunciando seu caráter manipulador e partidário reivindicando o direito à

palavra, protestando contra as manobras, conseguiu barrar a criação da "federação" naquele momento. Mas hoje isso não basta.

Começa a se gestar a formação de um outro campo no movimento, de defesa da especificidade, da autonomia de sua organização, de métodos democráticos de construção do movimento. Aqui no Rio Grande do Sul, essa política começa a se expressar em trabalhos como o dos grupos **Liberta** e **Ana Terra**, na universidades, de **Germinal**, de **Sta. Maria**, do grupo de sexualidade e contracepção, recém surgido, e nas discussões travadas internamente na Comissão de Mulheres do PT. No entanto, a maioria deles anda são trabalhos incipientes e isolados entre si.

As correntes que restaram na comissão pró-federação têm a preocupação de realizar um trabalho concreto, como o movimento por creches e que tende a puxar discussões sobre a questão em categorias importantes. Porém não devemos nos iludir de que a comissão pró-federação tenha revisado a dinâmica imposta ao "1.º Congresso". O que ocorre, na verdade, é que com ao racha do HP as correntes acabaram ficando "com as calças na mão". A polarização cada vez maior de projetos diferenciados de construção do movimento de mulheres, com o HP num lado, e o PT e os grupos de outro, tende a obrigar essas correntes a se redefinirem. (Sonia Maluf e Cristina Marques).

Protestos

Os setores discordantes dessa política manifestaram-se publicamente: os grupos feministas **Liberta**, **Ana Terra**, **Germinal**, **Grupo Mulher Sexualidade e Contracepção**, o **SOS-Mulher**, lançaram uma nota na imprensa o PT distribuiu uma nota na entrada do "congresso", defendendo: "a autonomia dos movimentos sociais, contra a manipulação do movimento de mulheres, contra a fundação da federação". O **CPERGS** (Centro dos Professores) também repudiou o "congresso". A executiva do PMDB, por sua vez, se posicionou no sentido de acatar a deliberação da comissão pró-federação de não fundar a "federação" antes de 15 de novembro, mas, ao mesmo tempo, respeitar quem tem posições contrárias.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal Est. São Paulo
Data 0806/82
Pág. 33

Pasta n.º

N.º do recorte.....

VALEITAMENTO MATERNO — A Coordenadoria de Assistência Hospitalar da Secretaria de Saúde do Estado e o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, comemorando o 15º aniversário do Hospital e Maternidade "Nossa Senhora Abadia", farão realizar o V Curso de Formação de Monitores para o Projeto de Incentivo ao Aleitamento Materno. O curso será ministrado nos dias 7, 8 e 9 de junho, das 9 às 13 horas, no auditório do hospital. Informações na Av. Santo Amaro, 6839, telefone 522-2244.

Feminismo

Réus do Tribunal Bertha Lutz

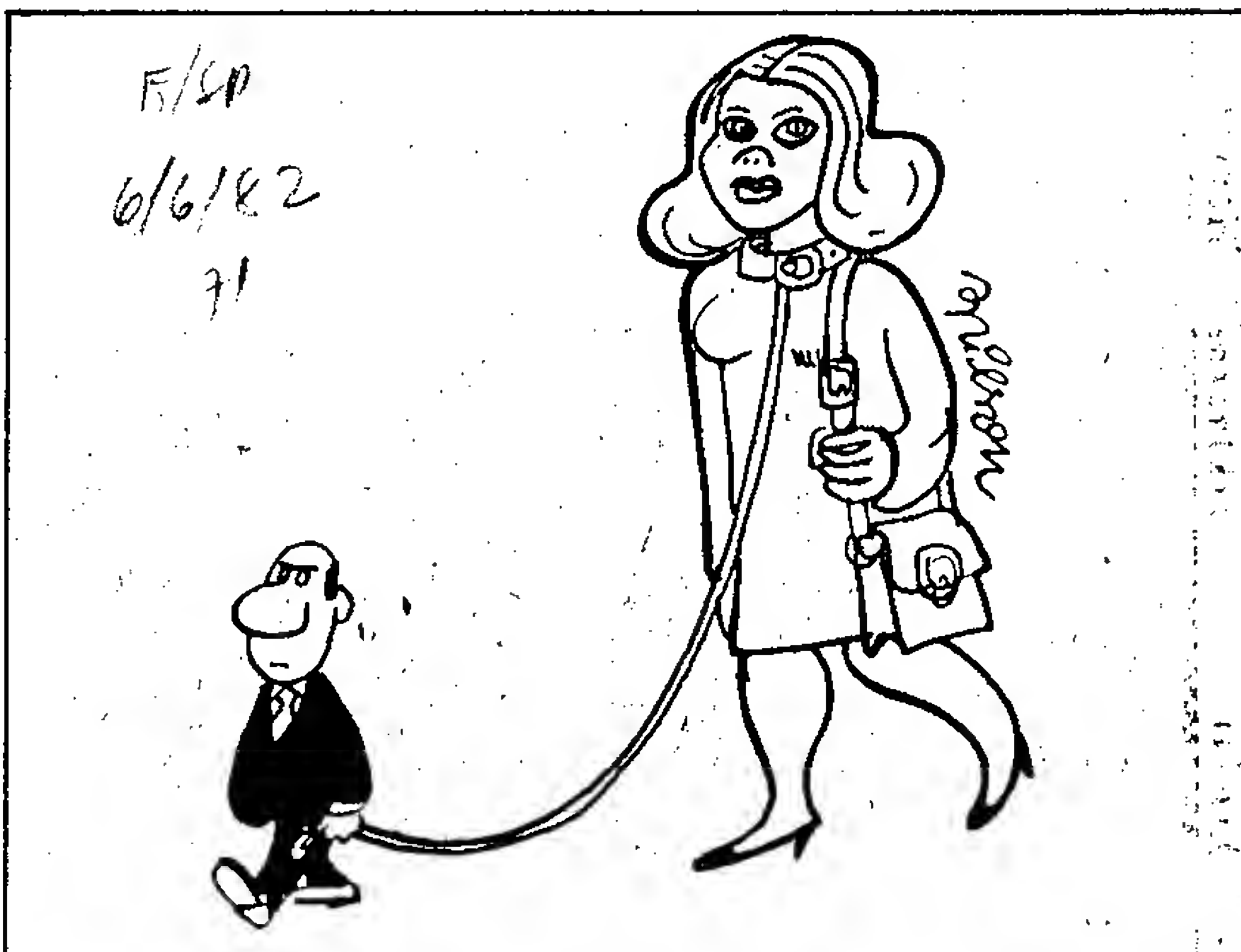
IREDE CARDOSO

Sentimo-nos orgulhosos com o Tribunal Bertha Lutz. Nunca, em toda a história do movimento das mulheres do Brasil, sem exageros, conseguiu-se tanta solidariedade entre homens e mulheres na condenação unânime de um sistema que telma em nos discriminar, no sábado retrasado, em São Paulo. Os depolmentos das operárias, impedidas de ir ao banheiro, impedidas de trocar uma palavra sequer com as colegas, desempregadas, se sindicalizadas; examinadas mensalmente, para ver se estão grávidas; as professoras primárias, as mães. Vimos lá o reflexo daquilo que sempre sonhamos: a crescente consciência da sociedade brasileira para este grave problema, entrave fundamental para uma verdadeira democracia. Um homem - Almino Affonso - defendeu a operária discriminada de Sorocaba, que ganhou ação contra a empresa que a obrigava a trabalhar como chefe sem lhe pagar os devidos honorários.

Uma mulher, que sempre defendeu as mulheres, a advogada Assunta Perez, brilhou em sua representação contra a operária, levantando todos os argumentos ideológicos existentes na sociedade contra a mulher. Vimos homens do júri, como o prof. Aloísio Mercadante Oliva, chorar de emoção ao dar sua sentença; Carlito Maia, brilhante, ao citar um diálogo de Ibsen, da peça "Nora". Não houve condenação à empresa, mas a um sistema, a uma estrutura, a uma mentalidade, à falta de consciência social, ao medo, à covardia, à servidão.

E, nesse momento, considero importante lembrar que sempre é tempo para mudarmos; sempre há condições para modificarmos nossa vida, desde que estejamos dispostos à luta. Uma luta que deve ser feita em conjunto, com a solidariedade, com os amigos e amigas, com todos aqueles que hoje, neste País, buscam, de fato, uma justiça verdadeira, a partir de dentro de nossas casas. É preciso ter paciência, não esmorecer, não desistir e, quando fraquejar, chamar os que nos dão força.

Temos muito a fazer ainda. Gostaria imensamente que todos, homens e mulheres, lessem o livrinho magnífico de Ellane Vascon-



cellos Leitão, publicado pela Achiamé, "A Mulher na Língua do Povo". No dia em que tomarmos consciência de quanto nossa linguagem está impregnada de preconceitos - e isso Ellane mostra brilhantemente - talvez consigamos mudar ainda mais nossos terríveis condicionamentos machistas.

"As relações linguísticas - diz Ellane - revelam igualdades e desigualdades no mundo social". O léxico português está impregnado de distinções sexuais muito pouco "agradáveis" às mulheres. Ellane mostra através das expressões que a mulher, entre nós, ocupa um papel inferior, e assinala: "não é a mulher que fala a língua, é a língua que faz falar a mulher."

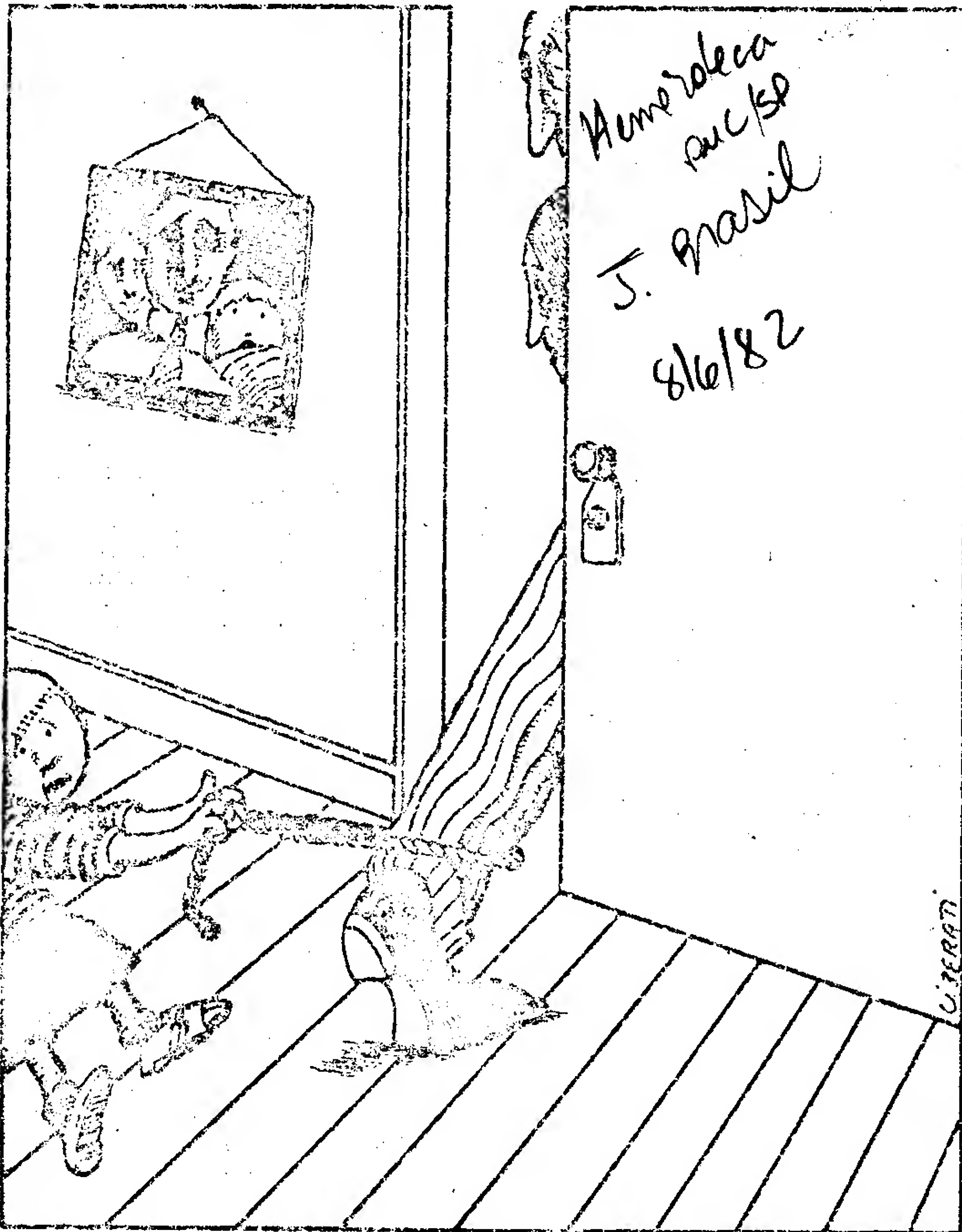
Querem alguns exemplos por ela coletados? Poderão ser muito engraçados, mas espero que os sorrisos dados sejam de sabedoria, nunca de escárnio. Que os sorrisos sejam pedagógicos, porque aprender rindo é, de fato, a mais bela das metas do ensino. Mas, infelizmente como estamos ainda longe disso! Então, divirtam-se:

Na área da zoologia: cachorro-cadela-cachorro: cão novo e pequeno; indivíduo indigno, canalha, cafajeste; cadela - a fêmea do cão, mulher de procedimento censurável, desavergonhada, meretriz; cavalo-animal mamífero, da

ordem dos perissodáctilos; indivíduo sem educação, grosseiro, estúpido; égua - a fêmea do cavalo meretriz; galo: gênero de aves galináceas, de cristas carnudas e asas curvas e largas; o macho da galinha doméstica; ser um galo: ter (o homem) o orgasmo demasiadamente rápido; galinha: a fêmea do galo; mulher que se entrega com facilidade ou, "acrescentemos, aquela que aceita qualquer forma de relação sexual"; touro: boi bravo; homem fegoso e robusto; vaca: a fêmea do touro; mulher leviana, que aceita qualquer homem; gato: animal mamífero carnívoro, da família dos felídeos; indivíduo ligeiro, esperto; gata: a fêmea do gato; mulher boa, bonita, gostosa; coelha: mulher que pare muitas vezes; loba; meretriz; mariposa; piranha, idem, jararaca; mulher fela de maus bofes. Chega?

Já não disseram que as feministas são umas jararacas? E onde estão os jararacos, os piranhos, os coelhos, os touros? Estamos todos juntos. E o bom mesmo é saber que é possível sair do zoológico, respeitar os animais e entender a humanidade, formada por seres humanos que não poderão manter opressores e oprimidos juntos, na mesma casa, família, mentindo para o mundo, para as crianças, falando sobre um "amor" que, na verdade não passa de hipocrisia imperdoável.

OS PAIS TRABALHAM FORA E AS CRIANÇAS, COM QUEM FICAM?



Norma Couri

RUTH nunca acreditou que uma babá ou ela própria lesse a melhor opção para seu filho, 24 horas por dia; e assim quando Bruno nasceu há quatro meses já estava destinado a uma creche.

A babá seria a solução mais cômoda, mas Ruth Araújo, 27 anos, jornalista e Ricardo Prada, 31, engenheiro, sabiam da importância da socialização para seu filho. "para aprender desde o princípio a reparar os brinquedos e a ter estímulos."

Também não foi da primeira vez que Bruno encontrou a creche ideal, essa seria a Petra (Pequeno Trabalhador) em Ipanema onde ficaria de duas às seis da tarde por Cr\$ 17 mil mensais, seus pais felizes com a orientação dos professores, com o banheiro (pia, vaso) do tamanho das crianças, com a sala de atividades do cotidiano: tábua de passar roupa, tanque.

— As crianças tomam banho de mangueira, são extrovertidas, e as professoras fazem relatórios diários, diz Ruth.

Avô

De qualquer forma, o problema não ficou inteiramente resolvido, porque a creche só consumia quatro horas do dia de Bruno que tem a sorte de seus pais trabalharem em horários desencontrados: Ricardo de nove às seis, Ruth de cinco da tarde à meia-noite. No princípio, o casal revezava para sair à noite, depois deixava com a avó. "Mas também não queríamos nos utilizar sempre das avós, as mães dos filhos (liberados) de hoje em dia." Existe, sempre a possibilidade de chamar uma baby-sitter treinada pelo Ceami — Centro de Atendimento à Mulher e à Infância — que cobra Cr\$ 300 por hora.

De resto, Bruno fica com a mãe de manhã, com o pai à noite, com as outras crianças da creche à tarde e essa opção, embora seja a melhor para Ruth, é privilegiada.

— Creche é um dever do Estado — diz — pela legislação as grandes empresas deveriam ter creches no local de trabalho dos pais (ou do pai ou da mãe). Esse esquema em que estou é coisa de família muito privilegiada.

Por poderem dispor de Cr\$ 13 mil 500 mensais Cristina e Arthur de Souza — 33 e 35 anos, ela bibliotecária (desempregada), ele administrador de empresas — mantêm seu filho Rafael na creche como mantiveram a filha Ana Cristina desde um ano e nove meses (hoje tem seis).

— Desde o nascimento de minha filha eu não trabalho mas assim mesmo não tive paciência para ficar o dia todo com ela, que ficava sem companheiros, sem atividades. Aí encontrei a Acalanto que dá toda liberdade e é muito criativa, onde ela passou quatro horas por dia até agora, e já vai para a alfabetização. Quando o Rafael nasceu, não tive dúvidas, e repeti a experiência.

Sair à noite

Mas mesmo pagando o preço da Acalanto "e mais Cr\$ 6 mil 500 de motorista", outra mãe, Denise B., acredita não ter encontrado a melhor solução para sua filha de quatro anos: "Creche ainda não resolve o problema da mãe que trabalha fora — só ocupa a criança por poucas horas — e eu continuo sem poder sair à noite. Estou pagando Cr\$ 20 mil por uma coisa que não satisfaz, mas ainda é a melhor solução."

Nem babá, nem creche. Essa é a melhor opção para Diana Santoro, 30 anos, estudante de Sociologia, e Paulo Roberto Maroja, 39, psicanalista.

— Babá eu não queria por questões de ideologia — não daria para educar minhas filhas com uma pessoa que não se senta à mesa conosco — e creche nem procurei porque não queria, diz Diana. — Todas as que conheci eram ruins, as filhas de minhas amigas tinham problema de afetividade nas creches. Então, por opção, resolvi não trabalhar, nem estudar (só voltei à faculdade no ano passado).

Na lembrança de Diana existe uma péssima experiência com as babás com quem sua mãe — funcionária pública do IAPI — a deixava grande parte do dia. "Eu era uma criança insegura", diz, e, por isso, desde o nascimento de seus filhos Luana, hoje com cinco anos, e Camila, com quatro, a decisão de ficar com elas o tempo todo já estava tomada.

Lembranças

Foram igualmente as lembranças de sua cunhada Clotilde, 36 anos, estudante de Arquitetura — desta vez boas lembranças, da liberdade de brincar na rua e não ter horário para nada até os sete anos quando entrou no colégio — que a fizeram não se decidir pela creche para a sua filha Lana, dois anos.

— Meu marido, Cláudio, é engenheiro autônomo, trabalha à noite, e eu tenho a opção do trabalho pela manhã. Assim a gente reveza, diz Clotilde. — Somos pais 24 horas por dia e eu só queria, mesmo, que ela fosse para o colégio com quatro ou cinco anos.

Por outro lado, Clotilde sente falta de uma socialização maior para Lana, mas por enquanto a creche que considera ideal ainda não apareceu (a que funcionasse duas ou três vezes por semana, que não fosse exatamente uma escola, só suprisse essa carência de maior contato com crianças). "Hoje, há um número muito grande de mulheres trabalhando fora, e já não há demanda para esse tipo de escola."

Babá-enfermeira

Talvez porque sua experiência com a babá, quando era pequena, seja das melhores, "até hoje ela está aqui em casa, e já se passaram mais de 20 anos," Olga Klajnberg, 27 anos, se decidiu pela babá-enfermeira Dercy para os seis primeiros meses de sua filha de três.

— É o ideal. Ela lava roupa, passa, fica com o neném e no fim de semana, se eu precisar, deixo com a mãe ou a sogra. Depois, acho que colocarei minha filha na creche até chegar a idade de entrar para o jardim-de-infância.

A babá Egidia, 35, maranhense, foi a solução da antropóloga Regina de Paula Prado, 43, e de Nereu Cavalcanti, 38, arquiteto, para Tiago, de seis e Andréa, de quatro anos.

— Ela é meu braço direito, diz Regina.

Mesmo assim, a antropóloga teve muitos problemas para conseguir essa babá — "acho meio falso trazer uma moça do interior e deixá-la aqui no Rio sem um círculo de amizades ou atividades", mas durante suas pesquisas de campo encontrou a Egidia que sem instrução, sem saber ler, supriu com afeto e sebedoria as exigências de seus filhos.

Regina e Nereu trabalham o dia inteiro e ainda são ativos participantes das reuniões da Associação de Moradores de Laranjeiras, às noites.

— Se não fosse a Egidia seria difícil ter todas essas atividades sossegada.

Regina procura manter bem profissional essa relação, "de muito carinho", com Egidia a quem paga Cr\$ 18 mil por mês. É mesmo que começa a sentir agora maior solicitação dos filhos em relação ao acompanhamento intelectual acredita ter feito a melhor opção — e ainda lembra com prazer das histórias que sua própria baba Benedita contava enquanto passava roupa em Jacareí, no interior de São Paulo, onde nasceu.

Pai-mãe

Quando a mãe de Gabriela ficou doente com hepatite, Gabriel Cavalcanti, fotógrafo, não pensou nem por um minuto em chamar babá ou colocar em creche a filha recém-nascida. Decidido, largou o emprego — aulas de fotografia na Escola de Desenho Industrial — e resolveu ele ser a mãe.

— Tapava o bico dela para ela não se assustar, falava com voz macia, esquentava o banho com meus refletores fotográficos porque ela podia sentir frio (abrandava as luzes com meia de nylon) e cuidei dela o tempo todo, diz.

A mãe de Gabriela garante que até hoje a filha tem um relacionamento "diferente" com o pai, aquele que tem se ele fosse a mãe — pedir para fazer os deveres, levar o médico — e ela conta, ainda, que Gabriela a estranhou bastante, quando ela assumiu o papel depois da doença.

A mãe de Mariana trabalhava o dia inteiro e o pai, Sylvio Marinho, só à noite. Quando eles se separaram, coube a Sylvio a tarefa de cuidar da filha (que já havia passado pela experiência de ficar com os vizinhos em São João de Meriti — e acabou ficando doente).

Sylvio tentou primeiro uma creche na Praça da Bandeira, e não gostou. "As crianças todas ficavam se balançando no berço, numa atitude estranha, de carência mesmo". Eu acordava às seis da manhã para levar a Mariana lá de ônibus — vínhamos de Camboatã — e não deu".

— De repente, eu me vi morando com uma criança de quatro meses. Tentei outra creche no Leblon, mas achei elitizante. Passei a participar dos movimentos de reivindicação de creches que, para mim, se tornara problema dos mais importantes. E enquanto isso cuidei sozinho da Mariana.

Sylvio já morava em Del Castilho com o irmão e outro amigo com um filho.

Falta de jeito

— A Mariana cresceu assim, com meu irmão — que não tinha o menor jeito, fazendo lençol de fralda — sendo encontrada de vez em quando dormindo debaixo do fogão. Mas sempre me preocupei com a "cabeça" dela. Assim como trabalhava de noite — sou diagramador de jornal e revista — e chegava às vezes à 1 da manhã, acordava Mariana no meio da noite para brincarmos, conversarmos até as três.

Mariana ficou meio desorganizada, jogando as roupas sem guardá-las, comendo com o prato no chão e tendo os horários completamente diferentes das outras crianças de sua idade.

Hoje, Sylvio está novamente casado, com Lía, educadora, que tem dois filhos, e Mariana já tem um irmãozinho Daniel, de dois meses.

— É o paraíso para quem já passou tudo o que eu passei. De qualquer forma, achei melhor ter sido como foi, já que a mãe, embora atenta e próxima, não teve condições de cuidar dela: nem creche, nem babá. O pai, mesmo. Hoje a nossa relação é ótima, a Mariana que tem cinco anos se tornou uma criança incrível e até disciplinada.

BABÁ, DAS QUE
NÃO SE FAZEM MAIS

SEBASTIANA Alves é uma babá das antigas, dessas que vieram do interior, no caso com 17 anos, de Ponte Nova, Minas, para ajudar a família de cinco irmãos e a mãe, viúva, trabalhadora da lavoura.

Com a malinha na mão, muito antiga, cheia de vestidinhos "que a gente comprava por lá mesmo, de fazendinha barata", entrou no trem fazendo força para não chorar, "mas quando o mara-fumaça virou a curva, levando tudo pra longe, não teve coração que segurasse," conta.

Veio ser babá de duas meninas, uma de um ano, outra de 19 dias, em Copacabana ("pensei que o elevador era a casa da patroa", conta), e chorava de saudades no tapete da sala, quando todo mundo dormia.

— Ninguém ouvia, conta, mas não chega a estar orgulhosa disso.

A patroa era dura, mas boa, ajudava a mãe de Sebastiana, dava toda a assistência com médicos, dentistas, de seis em seis meses pagava viagem de volta à roça.

— No começo, era difícil voltar, mas a patroa me escrevia, dizia que a menina — Sonia — tinha parado de comer. E eu, que tinha dado a minha palavra, voltava.

Volto durante 20 anos. As meninas cresceram, nasceu outra menina e Sebastiana ficou babá até completar 35 anos, sem nunca pensar em se casar. A menina mais velha está com 34 e tem três filhos (a babá cuidou de todos), a do meio com 33 e é jornalista, a menor tem 26 e é psicóloga. A babá só agora conta para as meninas os "segredos da família" que ouviu esses anos todos sem revelar. Confessa que esperou, sendo filha de Maria, todas crescerem, casarem ou se formarem para pensar, ela própria, na sua vida. "Tinha muito medo da cidade grande e era muito preocupada com as meninas." Não teve, assim, seus próprios filhos.

Hoje, com 50 anos, de pé na cozinha na casa de uma das "meninas" com quem ainda trabalha, conta como aprendeu a confeitar bolos para fazer os "castelos mais bonitos" e relembra que se casou aos 37 anos com culpa de estar abandonando a família.

— Mas aí a filha menor me escreveu uma carta tão linda no dia do meu casamento — com Antônio, motorista de ônibus e mecânico — que eu me acalmei. Entrei na igreja feliz e depois fui para a minha casinha em São de Meriti com a certeza de que faria tudo outra vez igualzinho, e de que nunca me arrependeria.

CRECHES, PARA AS
CRIANÇAS FAVORECIDAS

A educadora Evelyn Simão que já foi uma das donas da creche Supsaia no Leblon, reconhece que não somos no Brasil bem-servidos de creches.

— Nem para quem tem dinheiro: os riscos são muitos. Ou a creche é boa do ponto-de-vista de socialização e oferece problemas de higiene ou as propostas pedagógicas não funcionam. Além disso, as mães da classe média que colocam um filho na creche o fazem com a sensação de estar abandonando a criança — não têm certeza, e assim seu filho também não ficará seguro.

Mas ela só vê, assim mesmo, vantagens na creche. "Primeiro porque a babá fica superada a partir do momento em que existir uma creche boa. Afetivamente a babá pode ser ótima, mas é falha em termos de linguagem, estimulações culturais."

— Depois o contato com outras crianças é importantíssimo, na Supsaia — quando ainda participava dela — encontrava, por exemplo, os bebês — que dividiam um berço comum — fazendo uma lindíssima guerra de chupetas, coisa que numa casa, num berço, sozinha, a criança jamais faria.

Solução no papel

Evelyn levanta problemas sociais dos mais importantes "porque do momento em que conseguimos avançar na legislação com leis como a 4.452 de 1/5/43 (estabelecendo que toda empresa com mais de 20 mulheres com idade superior a 16 anos deve oferecer creche ou assistência a seus filhos pelo menos até dois anos) a solução fica no papel."

— Recentemente, o Sindicato dos Bancários do Rio conseguiu atender às

reivindicações das funcionárias com filhos, e as empresas passaram a arcar com a responsabilidade das despesas com creches. Acontece que esse direito é garantido, mas desconhecido. E a realidade vem mostrando que as crianças atendidas pelas creches são as de classe média e alta, ou seja, filhas de pais conscientes das estimulações e socialização providas pelas escolas, capazes de tornar pessoas mais preparadas para um mercado de trabalho competitivo. Ou seja, trata-se de um investimento antes de uma necessidade.

Carentes

Por outro lado, continua Evelyn, as crianças de classes desfavorecidas — e que talvez mais precisem de escola, inclusive para liberar a mãe para o trabalho — são de antemão tomadas como carentes. As soluções — programas como o Red Star americano, compensatório para as privações culturais — só servem para resfimar essas privações crônicas e eternizar o preconceito, sem estender na prática a escolaridade, garantindo igualdade de oportunidade a todos.

— Enquadrando a criança desfavorecida — que aumenta em número desproporcionalmente grande em relação ao número de vagas oferecido — em atitudes paternalistas ou assistencialistas não contribuímos para a solução de quesitos fundamentais, diz. Ou seja, assegurar a todos as mesmas chances de desenvolvimento e participação na sociedade. A creche está longe do alcance dessa mãe pobre — tem que ser iniciativa do Governo — e como ela não pode pagar babá acaba sendo acusada de abandonar os filhos quando estes caem na Funabem.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
BibliotecaJornal: *O Est. São Paulo*Data: *12/06/82*Pág.: *18*

Pasta n.º

N.º do recorte

L32
Est. SP 12/6/82
**As creches
funcionam em
dias de jogos**

Ao contrário da maioria das repartições públicas municipais, que funcionarão até as 14 horas, as creches mantidas pela Prefeitura funcionarão normalmente nos dias 14, 18 e 23, quando o Brasil participa da primeira fase do Mundial da Espanha. Segundo o coordenador de Bem-Estar Social, Wilson Quintella Filho, essa medida deve-se ao fato de nem todas as mães serem liberadas de seus serviços nos dias de jogos, e a dispensa das crianças, nestes casos, causaria muitos problemas.

Vila Maria quer a abertura da creche

Concluída há tempos, não foi inaugurada

Os moradores do Alto de Vila Maria estão se movimentando para tentar que a Prefeitura coloque em funcionamento o mais breve possível uma creche que construiu na região. A creche ainda não foi mobiliada e não tem funcionários, embora esteja pronta há algum tempo. A pressa dos moradores se explica: as mães precisam deixar os filhos em local seguro porque necessitam trabalhar fora e ajudar no sustento da família.

A Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), segundo os moradores, reconheceu a necessidade de pôr em funcionamento a creche. Pessoas que tentaram inutilmente inscrever seus filhos na creche garantem que a data de entrada em funcionamento da unidade vem sendo protelada há algum tempo. A primeira inauguração estava prevista para dois dias antes de Reinaldo de Barros deixar a Prefeitura, em meados de maio. Outras datas foram marcadas e não confirmadas. Agora, a Cobes assegura que todo o material necessário e os funcionários estarão no prédio dia 15, data em que a creche deverá entrar em funcionamento, "independente de inaugurações".

DEMANDA

Com capacidade para 120 crianças, a creche não deverá atender a demanda, conforme informaram as mães que não conseguiram inscrever os filhos. Maria de Lourdes Araújo Vigário disse ter necessidade de deixar sua filha de um ano e dez

meses, para poder trabalhar e ajudar o marido. "Acontece que não permitiram que eu inscrevesse minha filha, sob a alegação de que há pessoas mais carentes do que eu na fila".

Maria de Lourdes Araújo Vigário lembrou que "o pessoal da Prefeitura esteve em minha casa e fez uma relação do que possuímos, incluindo até a nossa geladeira. Depois deste trabalho disseram não ser possível porque havia mães solteiras e pais de família que ganham salário-mínimo e estão na relação prioritária", disse, lembrando que "eu preciso trabalhar, pois o que meu marido ganha não dá para sustentar a família".

Vilma da Conceição encontra-se na mesma situação. O marido ganha Cr\$ 30 mil e, somente o aluguel, consome quase 40 por cento do salário, fora luz e água. Ela disse que precisa deixar os dois filhos na creche — única na região — para poder ajudar o marido. "Já consegui emprego, mas não tive condições de assumir o trabalho. Não tenho com quem deixar as crianças".

Vilma da Conceição reconhece que uma vizinha está em situação pior. Com dois filhos pequenos e mais carente, Maria Ângela Ícolo de Jesus também não conseguiu inscrever as crianças, embora tenha provado que o marido ganha cerca de Cr\$ 25 mil e paga só de aluguel Cr\$ 14 mil. Estas pessoas que não conseguiram inscrever os filhos moram em torno da praça Cianorte, onde está localizada a creche.

Creche para filhos de funcionários

Um rápido exame na composição dos funcionários do Hospital Albert Einstein, revelará uma alta porcentagem de funcionários jovens, principalmente mulheres. "Isto pode ser considerado até normal num hospital que pretende formar seu corpo de empregados à sua imagem e semelhança: eficiência, competência profissional, sem vícios de origem e perfeitamente integrados numa filosofia de trabalho, onde a segurança e a confiança do paciente, voltado para o desenvolvimento das ciências médicas, é o objetivo central."

Para obter estas qualidades de seu corpo de empregados, o hospital deveria oferecer uma compensação, espécie de contrapartida, especialmente para suas funcionárias, jovens e mães, mantendo-as no trabalho sem a preocupação da sorte de seus filhos, enquanto estão afastadas do lar e das crianças. "É óbvio que o hospital não pode correr o risco de ter jovens mães trabalhando sem a mínima tranquilidade e sob tensão, colocando em risco a vida dos pacientes, pois em casa deixou a filha de apenas 7 anos cuidando do filho de 1 ano, por exemplo".

A CRECHE

Levando em conta estes fatores, o hospital, atendendo às suas necessidades e às leis do País, decidiu construir uma creche na qual a integração do projeto arquitetônico com todos os equipamentos necessários ao seu perfeito funcionamento, tornou-se única no País, segundo alguns especialistas.

Em primeiro lugar, ela visa a atender, também, os filhos de profissionais altamente especializados, portanto diferenciados, cujo aproveitamento é importante para o hospital, dentro de sua linha de ter em seus quadros a melhor mão-de-obra do setor de atendimento médico.

Portanto, a creche receberá não apenas os filhos dos mais humildes servidores, mas também as crianças de uma profissional qualificada, sem nenhuma discriminação.

A creche funcionará 24 horas por dia, todos os dias, podendo atender a 120 crianças de três meses até sete anos em cada turno de 8 horas. Funciona numa área de 800 metros quadrados de construção, cercada de grandes jardins.

INSTALAÇÕES

No pavimento inferior, para crianças de três meses a sete anos, teremos três salas de atividades, com capacidade para 20 crianças cada uma; minianfiteatro acarpetado para 50 crianças; dispensa e restaurante equipados para preparar até 150 refeições; banheiros com equipamentos especialmente desenhados; diretoria, secretaria e recepção.

No pavimento superior, para crianças de três meses a dois anos e meio, estão localizados um berçário para 15 crianças; quatro salas de atividades com capacidade para 15 crianças cada uma; orientação psicológica; enfermaria; lactário; banheiro; almoxarifado e vestiário de funcionários.

O playground terá brinquedos especialmente desenhados, duas hortas, grandes áreas envidraçadas, criando ambientes bem iluminados e bem ventilados.

A planta das instalações é flexível, de tal forma que as salas possam unir-se, criando grandes salões para atividades conjuntas, apenas com a remoção de paredes divisórias. Estas mesmas divisórias serão revestidas de fórmica, como se fossem lousas escolares, para as crianças desenharem.

A creche tem um elevador para maior segurança no transporte dos bebês e o mobiliário infantil foi especialmente desenhado para esta finalidade.

O transporte dos alimentos será feito, igualmente, por um monta carga e um carro elétrico, silencioso e não poluente, circulará por toda a área do hospital e da creche, integrando-os aos serviços comuns, tais como lavanderia, alimentos, materiais, etc. No andar superior, o hall de circulação será todo coberto de vidro, permitindo grande conforto térmico no inverno e protegendo as crianças no trajeto banheiro/lavatório/salas de atividades/berçário. A creche terá o nome de Rubens Sverner, cuja memória os filhos Isaac, Israel, Clara, Jayme, Henrique e Dora quiseram homenagear com a doação desta obra.

Foi construída pela Primas Industrial S/A, a partir de um projeto do arquiteto Marcio Kogan, da Instant Studio, tendo o engenheiro Israel Schchmik como coordenador. Dora Silva Cunha Bueno Banzart deu a assessoria de creche.

Criada Secretaria da Família em SP

O prefeito Antônio Curiati assinou, na manhã de ontem, decreto criando a Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social, que absorverá a Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes). O titular da nova secretaria ainda não foi escolhido. O atual coordenador da Cobes, Wilson Quintela, vem sendo apontado como o nome mais cotado para assumir a nova secretaria.

Se a criação da nova Secretaria virá ou não atender às inúmeras carências de São Paulo no plano social, foi impossível saber ontem já que o prefeito não quis definir quais suas reais atribuições, as modificações importantes que podem decorrer deste fato, a ampliação dos serviços etc. Em seu gabinete, as únicas informações referiam-se à solenidade, onde as frases de Curiati repetem os "considerandos" do decreto, que se resumem a citar frases do Papa sobre a necessidade de se preservar a família. Ou defendendo programas de prevenção do processo desagregador por que passa a instituição familiar, para enfrentar "a origem de patologias sociais, inclusive toxicomanias, pornografia, infância e velhice abandonadas".

Que tipo de programa pode prevenir estes males, entretanto, ninguém soube explicar. Curiati avisou, ainda, a seus assessores que nenhum outro técnico, além dele e do titular da nova Secretaria, poderia falar a respeito. Como o novo secretário não foi indicado, o Prefeito oferecia nada menos do que uma única opção: ele mesmo.

Assim que foi procurado em seu gabinete, no entanto, Curiati avisou que sua pauta estava repleta e não poderia atender. Seus assessores afirmavam, então, que o Prefeito "não proibiria que outro técnico falasse". A pessoa mais indicada, no caso, para prestar esclarecimentos, seria Wilson Quintela.

Procurado na Cobes, um de seus assessores afirmou que ali nenhuma informação poderia ser obtida, pois "tudo se concentrava na Prefeitura". Revelou ainda que Quintela não se encontrava na Coordenadoria nem voltaria para lá ontem, já que participava de uma reunião na Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab). Procurado em todas as diretorias do órgão, Quintela não foi encontrado. Uma das secretárias informou, ainda, que não havia nenhuma reunião na Casa, naquele dia.

Em 66, a primeira experiência

PESQUISA DO
Banco de Dados — "Folha"

A primeira Secretaria do Bem-Estar Social do Município de São Paulo (Sebes) foi criada pela Lei Municipal 6-882, de 18 de maio de 1966 e instalada três meses depois. O prefeito era o brigadeiro Faria Lima e a Sebes sucedeu à Comissão de Assistência Social do Município, que funcionava no próprio gabinete do prefeito.

No começo, a Sebes foi muito ativa na área de formação de mão-de-obra especializada, realizando cursos de pedreiro, pintor e encanador. Para as donas de casa, cursos de manicure, cabelereira, datilografia, corte e costura e orientação sobre segurança do lar, educação familiar e alimentação. Havia uma grande meta: erradicação das 100 favelas da cidade.

Além dos cursos, foram realizadas pesquisas junto à população carente e atendimentos durante as enchentes. Em 1972, durante a gestão do prefeito Figueiredo Ferraz, foi elaborado o projeto Mutirão que, se levado à prática, eliminaria grande parte das favelas da cidade. As dificuldades no tocante ao financiamento do material de construção foram responsáveis pelo fracasso do plano.

Em janeiro de 1977, alegando reforma administrativa e contenção de despesas, o prefeito da época, Olavo Setúbal, anunciou a extinção da secretaria. A decisão mereceu críticas gerais, inclusive de parlamentares situacionistas. A Sebes foi transformada em departamento da Secretaria das Administrações Regionais. Em pouco mais de cinco anos ele está sendo extinto.

BENEFÍCIOS

Avanços na área das creches**Algumas empresas inovam ajudando a pagar escolas maternas e berçários**

O controvertido Artigo 389 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) "dá uma no cravo e outra na ferradura", como se diz na linguagem popular. Ao mesmo tempo que obriga as empresas com mais de 30 empregadas de idade superior a 16 anos a manterem berçários para crianças em fase de amamentação, abre a opção para as empresas firmarem convênios com creches particulares.

Precisamente por causa dessa ambigüidade, que na prática acaba tornando a lei inócua, a questão dos berçários e creches vinha se transformando num desnecessário ponto de conflito entre empregados e empregadores. O problema é agravado, por motivos óbvios, nas atividades em que a participação da mão-de-obra feminina é mais acentuada. É que, salvo raras exceções, os filhos dos empregados ficam sem a assistência prevista na CLT, enquanto as empresas atendem apenas formalmente à exigência legal. Elas firmam convênios com "creches-fantasmas", isto é, que existem mas praticamente não recebem crianças, seja porque ficam fora de mão, seja porque os empregados desconhecem a existência delas.

PROMESSAS DO GOVERNO — Por diversas razões, o quadro está se modificando. Primeiro, porque esse é um dos

Negócios em EXAME, 16-6-82



Sartorelli, do Sesc: equipe boa não é cara

pratos de resistência da luta de alguns grandes sindicatos de trabalhadores, como o dos bancários de São Paulo, que mantém um dinâmico departamento feminino. Segundo, porque o governo já deixou claro que está sensibilizado para a questão.

Há menos de três anos, o Ministério do Trabalho, através de sua Secretaria de Promoção Social, acenou com uma importante concessão. A par de um endurecimento da CLT nas exigências quanto a creches, o governo pretendia criar um sistema de incentivos fiscais para ajudar a mantê-las, à semelhança dos incentivos para treinamento e alimentação dos trabalhadores.

Mas o plano ficou no papel. Isso não

quer dizer, porém, que as idéias foram abandonadas. Tanto que o ministro do Trabalho, Murillo Macedo, vem prometendo que o trabalho da mulher será um dos pontos prioritários da nova CLT, que pode ficar pronta no ano que vem.

Nesse meio tempo houve progressos, ainda que sob a forma de casos isolados. No setor bancário, por exemplo, surgiram algumas novidades. O Unibanco criou um auxílio-creche em dinheiro, na base de 30% do salário mínimo (4 982 cruzeiros), quando pesquisas feitas pelo sindicato revelaram que, depois da falta de perspectivas de fazer carreira, a falta de creches era o maior problema dos bancários.

Mesmo assim o Unibanco não se livrou dos conflitos. É que a verba é considerada insuficiente para custear mensalidades em berçários ou creches de bom padrão, o que fez com que os emprega-

dos do Unibanco tentassem repassar o dinheiro a vizinhos que assumem a guarda das crianças. Como o banco só aceita recibos de pessoas jurídicas, surgiu o impasse e foram propostas algumas reclamações trabalhistas.

Ao que tudo indica, as soluções, para serem satisfatórias, precisam ser mais ousadas e implicam maiores despesas. O grupo financeiro Valbrás, por exemplo, adotou uma política mais realista. Contan-

do com a vantagem de ser pequeno e de ter apenas 30 funcionárias, o Valbrás instituiu, em janeiro deste ano, um subsídio para custear berçários e escolas maternas na faixa de até 7 anos. A iniciativa chegou a ser elogiada pelos boletins do sindicato, que louvou essa iniciativa como um exemplo a ser seguido pelos demais bancos.

O CUSTO MENSAL — Pelo sistema do Valbrás, a funcionária que tiver filhos nessa faixa etária recebe um reembolso de 70% das despesas, com uma única limitação: as mensalidades não podem ser superiores a 25 mil cruzeiros no primeiro semestre deste ano e a 35 mil cruzeiros no segundo semestre. O que não chega a constituir um embaraço, pois as

escolas maternas dos bairros de classe média estavam cobrando, no início do ano, uma média de 25 a 30 mil cruzeiros mensais.

A custos semelhantes, mas por caminhos completamente diversos, os filhos de funcionários do Sesc e do Senac acabam tendo assistência do mesmo padrão de qualidade. No Centro de Desenvolvimento Infantil Tetela Papa, criado em 1979, as crianças de até 5 anos são atendidas por uma equipe de enfermeiras, babás, pedagogas e nutricionistas. E isso tudo, segundo a diretora Marlene Gravaoli Sartorelli, não chega a custar muito mais que nas entidades privadas. Lá, a manutenção mensal de cada criança tem custado uma média de 25 600 cruzeiros.

NO SETOR TÊXTIL — É sintomático, porém, que em setores menos modernos, como o de fiação e tecelagem, os progressos tenham sido irrelevantes, mesmo se se considerar que cerca de 60% dos 60 mil trabalhadores do setor são do sexo feminino. Segundo Neusa Nogueira, diretora do sindicato dos tecelões do Estado de São Paulo, os exemplos de creches que funcionam de fato continuam os mesmos de muito tempo atrás.

Um deles, já clássico, é o da Alpargatas, que atribui seus baixos índices de rotatividade à tranquilidade que as creches proporcionam às funcionárias. Outro é o da Linhas Corrente, que só em 1981 gastou cerca de 6 milhões de cruzeiros na manutenção de dois berçários anexos a suas fábricas. Este ano, segundo Diogo Pupo Nogueira, sanitarista que dirige o serviço médico da empresa, o custo continua alto (na base de 22 mil cruzeiros mensais por criança), mas a empresa não pretende abrir mão do programa.

Além de manter os berçários, a Linhas Corrente atende a outras exigências da CLT, como a dispensa da funcionária para amamentação, duas vezes por

dia, em períodos de meia hora.

MÃES E PAIS — Em contrapartida, em outros setores mais modernos proliferam exemplos de empresas que buscam soluções para a questão das creches. Algumas, como se apurou, pensam em instituir esquemas de reembolso semelhantes ao do Valbrás, observando apenas uma escala como forma de privilegiar as mães de menor salário. Outras optaram, como a Brown Boveri, de Osasco, por uma moralização do convênio. A empresa acabou de contratar, com a Associação Cristã de Moços, de Osasco,

30 vagas num moderno berçário em construção. O padrão de atendimento será fiscalizado pelo sistema de representação dos empregados da Brown Boveri.

Dessa forma, fica evidente que, quando surgir a nova CLT, muita coisa já terá mudado, tanto por decisão das empresas como por força da pressão exercida pelos trabalhadores, por seus sindicatos e outros agentes. Segundo a socióloga Maria Malta Campos, da Fundação Carlos Chagas, de São Paulo, as sociedades de bairros têm exercido um eficiente trabalho de fiscalização. O alvo delas é principalmente o sistema de creches mantido pela Prefeitura, mas acaba-se despertando no trabalhador a consciência para o problema e levando sindicatos a fazerem verdadeiras blitz contra

“creches-fantasma”, como ocorre no setor bancário.

A socióloga Campos está entre os que acham que a questão das creches vem ganhando novos rumos. Ela notou, por exemplo, uma visível melhoria entre sua primeira intervenção no problema, durante um debate no Congresso Nacional, em 1977, e no Encontro de Creches, promovido no ano passado pela Fundação Carlos Chagas. Impressão que, na prática, vem sendo corroborada pela adoção de novos esquemas num número crescente de empresas. ■



Maria Campos, socióloga:
a pressão dá resultado



Nogueira, da Linhas Corrente:
gastos de 6 milhões em 1981

Encontro do PT sobre o Movimento de Mulheres

As formas de unificação das mulheres

Por Marília Carvalho

Quando marcamos nosso encontro nacional, um dos pontos que julgávamos mais importante, que estava esquentando a cabeça de companheiras de vários estados eram as federações e a questão da autonomia do movimento. De lá pra cá, a vida do partido e a vida política nacional vêm se voltando cada vez mais para as eleições. E novos problemas estão colocados para as mulheres do PT: como organizar a campanha do partido junto às mulheres? Como utilizar as eleições para enriquecer e avançar o nosso movimento? Como fazer tudo isto, respeitando a autonomia do movimento?

Estas novas questões certamente serão o centro do Encontro Nacional. Mas elas não podem ser resolvidas senão a partir de uma visão clara sobre o que não queremos — um movimento a serviço do partido e das eleições, como fazem as federações — e de que movimento, que autonomia o PT deve apoiar e ajudar a construir. A partir daí, ficará muito mais fácil pensarmos nas eleições, as plataformas e a assessoria aos candidatos. É pensando nisso que publicamos trechos (não temos espaço para dar a íntegra) do documento lançado pela Comissão de Mulheres do PT de São Paulo — que circulará nacionalmente como subsídio — e nossa opinião a respeito.

“O movimento de mulheres, neste momento, passa pouco pelos sindicatos, pelas associações de bairros ou quaisquer outras organiza-

ções de massa da classe trabalhadora. Restringe-se ainda, a pequenos grupos de trabalho de mulheres, a associação do tipo das empregadas domésticas, donas-de-casa, clubes de mães ligados a paróquias e outras entidades feministas — hoje desarticuladas e isoladas, apresentando uma existência apenas formal, salvo o grupo de serviços SOS e o Tribunal Berta Lutz.

(...) Cabe às mulheres do PT lutar pela organização das mulheres a partir de suas questões específicas, nos sindicatos, nas associações de bairros, grupos de feministas etc. Garantindo sempre que as mulheres tenham um espaço próprio de discussão e encaminhamento, nestas entidades e associações, de suas questões específicas, sem se isolar, é claro, do conjunto dos trabalhadores.

A relação entre o partido e o movimento deve se caracterizar pelo respeito às formas organizativas próprias das mulheres e à autonomia do movimento. O respeito à autonomia não significa que o PT não tenha opinião sobre todas as questões do movimento de mulheres e as coloque no seu interior. Fará isso, porém, respeitando as suas instâncias de decisão.

Dentre as questões principais da relação entre o partido e o movimento, destacamos três que entendemos ser de maior importância e contra as quais nos posicionamos:

a) o aparelhismo: prática política que

procura transformar o movimento numa simples correia de transmissão das posições do partido, colocando o movimento a reboque do partido. (...)

b) as correntes sexistas do movimento de mulheres que defendem uma posição **antipartidária e apolítica** como forma de garantir a autonomia do movimento. As sexistas não consideram que, também no caso das mulheres, a autonomia se dá pela independência do movimento em relação ao Estado e ao Partido. (...)

c) o descompromisso de companheiros e companheiras do PT com o trabalho das mulheres — fruto do descaso ou da incompreensão da importância dos problemas que a mulher enfrenta tanto para a solução de suas questões específicas como para a sua integração nas lutas dos trabalhadores (...)

Conforme analisamos anteriormente, o movimento de mulheres apresenta hoje uma grande diversidade de formas organizativas. Esse fato, não se dá assim porque algumas mulheres o quizeram, mas porque a realidade destaca para os diferentes grupos de mulheres diferentes prioridades a serem enfrentadas. (...)

A preocupação legítima de fazer avançar o movimento, fazendo com que os grupos isolados busquem formas unificadas de luta não nos leva, no entanto, a propor nenhum tipo de entidade permanente de mulheres, muito menos a proposta de federação das mulheres.

Fazendo parte das classes e das categorias profissionais em que se divide a sociedade, as mulheres em si não constituem nenhuma classe ou categoria profissional. Não podem, portanto, isolar-se do conjunto das lutas dos trabalhadores aglutinando-se numa entidade do tipo federação. Devem, ao contrário, levar para dentro das lutas dos trabalhadores suas reivindicações.

No entanto, não basta que as mulheres simplesmente participem dentro dos partidos políticos, dos sindicatos, ou das associações de bairro. Elas precisam encontrar as formas particulares de organização que levem seus problemas, seja dentro das organizações tradicionais dos trabalhadores, ou fora deles. São elas que decidirão quais as formas mais eficazes. Não queremos um aparelho de representação permanente que substitua as formas vivas e dinâmicas que as mulheres têm encontrado para levar adiante suas reivindicações (...)

O PT entende que a única forma de unificar as mulheres são as suas lutas, as suas campanhas. Na medida em que um problema feminino se constitui num móvel de luta para uma parcela significativa de mulheres, esse problema deve ser enfrentado de forma unificada, através de coordenações de luta, onde cada grupo de mulheres indicará democraticamente a sua representante. (...)”

Autonomia de alto a baixo

O documento apresentado pela Comissão de Mulheres do PT paulista é sem dúvida um avanço. Já era hora de conseguirmos sair do "não à federação" e começarmos a definir a favor de que nos posicionamos, de uma forma menos abstrata do que a defesa em geral da autonomia.

Neste sentido, a proposta de Coordenações

de Luta, compostas por representantes dos grupos de mulheres, sem uma estrutura permanente é positiva. Ela aponta no sentido correto da solução dos impasses atuais do movimento de mulheres: sair da agitação do "feminismo em geral" e partir para a ação, para lutas, organizando campanhas em cima de problemas já sentidos pelas mulheres.

Mas ela não traz resposta para um problema básico, estreitamente ligado a esta idéia de um feminismo de ação: como organizar na base estas lutas? Como garantir que as mulheres acumulem em organização, não apenas a nível das coordenações nos grandes momentos, mas também no seu cotidiano, nas bases?

É preciso pensar também formas de base específicas do movimento de mulheres, sob o risco de organizarmos apenas a direção do movimento nas coordenações.

O que transparece do documento é uma ênfase nos "sindicatos e associações de bairro", nas "organizações de massa da classe trabalhadora", embora sejam mencionados "grupos de feministas" e "formas particulares de organização" das mulheres. É preciso chamar a atenção para o fato de que, ao definirem a autonomia do movimento, as companheiras falam da independência em relação ao Estado e aos partidos, mas não da independência quanto aos outros movimentos.

É claro que os departamentos femininos de sindicatos e associações de bairro são importantes e podem contribuir tanto para o avanço da consciência das mulheres como para os movimentos populares em geral. E que devemos saber combinar as formas de

organização "mistas" com formas próprias do movimento de mulheres.

Porém, manter a ênfase da possibilidade de massificar o movimento de mulheres no seu entrelaçamento com as organizações já existentes é continuar considerando o feminismo como uma bandeira de agitação para os grandes momentos. Se partirmos de uma compreensão da especificidade das reivindicações das mulheres, isto é, de que ele possui reivindicações próprias, capazes de gerar lutas, ele deve gerar uma organização própria de alto a baixo, onde possam se incorporar inclusive aquelas mulheres que não foram sensibilizadas por outros movimentos.

Centralizar nem sempre é aparelhar e propor nem sempre é desconhecer a criatividade das mulheres.

O argumento de que qualquer entidade permanente para a centralização do movimento de mulheres nos isolaria do conjunto dos trabalhadores confunde a necessidade de um programa na perspectiva dos trabalhadores com uma ligação orgânica aos movimentos da classe operária. É preciso, sim, assumirmos enquanto movimento, uma perspectiva revolucionária. Mas não é negando nossa autonomia organizativa, é pelo contrário, construindo um grande movimento de massas, com suas instâncias próprias de decisão e capaz de dar prioridade à questão da mulher, que conquistaremos uma parcela significativa da população feminina para a luta revolucionária.

Finalmente, se é correto partirmos do nível de consciência das mulheres hoje, buscando concretizar o feminismo em campanhas de ação, não podemos perder de vista a necessidade de construir a consciência feminista como um todo, a consciência de que temos uma identidade global enquanto mulheres. Sem formas de base que caminhem para esta centralização de temas, corremos o risco de nunca conseguir que as donas-de-casa saibam que têm muito em comum com as empregadas domésticas, estas com as operárias, as trabalhadoras rurais... Assim, organizar um movimento centralizado de mulheres é uma tarefa — muito mais difícil, sem dúvida,

que organizar a classe trabalhadora — que deve permanecer no nosso horizonte.

Terminamos a leitura do documento com uma impressão de que qualquer entidade por representação é um aparelho, um traste sem ligação com o movimento vivo. Ora, todos os movimentos populares e operários da história, inclusive o movimento de mulheres, necessitam de formas de organização, até mesmo — e principalmente — para garantir a sua democracia interna e a participação das bases nas decisões.

Afirmar que um "aparelho de representação permanente" substituiria "as formas vivas e dinâmicas que as mulheres têm encontrado para levar adiante suas reivindicações" é contraditório com a avaliação negativa do movimento que o próprio documento faz. É desconhecer que as mulheres não têm encontrado, sem o auxílio das experiências acumuladas no Brasil e internacionalmente, as formas para a sua organização de massa.

Surge, exatamente aí, o papel do PT, enquanto pólo sistematizador e propositor destas experiências. O atual documento passa uma posição ambígua sobre a relação do PT com o movimento, que, a nosso ver, retrocede em relação a documentos apresentados anteriormente pela mesma Comissão de Mulheres. No texto *Mulher e PT*, de julho de 81, podemos ler: "É muito importante que o PT esteja integrado no movimento de mulheres, para que possamos trazer para dentro do partido as questões colocadas pelo movimento e para que o PT possa levar suas propostas a este movimento, respeitando sua autonomia, mas sempre tentando conquistar suas posições".

Cabe a nós pensar e propor formas de organização autônomas que possam sustentar as coordenações, levando à base os temas das campanhas. Pensar e propor formas como, por exemplo, *Casas da Mulher*, onde grupos de trabalhos diferenciados, num mesmo bairro ou região, possam dar os primeiros passos na sua unificação e na construção de um movimento de mulheres. Pensar estas formas e tentar implementá-las não é passar por cima da criatividade das mulheres. É tentar liberá-la, é lançar uma fagulha, confiando no grande incêndio de que, certamente, as mulheres serão capazes.



FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *C. Est. São Paulo*
Data: *13.06.83*
Pág.: *14*

Pasta n.º
N.º do recorte.....

Defendida campanha para o aleitamento

Da sucursal de
BRASÍLIA

O coordenador mundial do programa de aleitamento materno da Unicef, Yoon-Gu Lee, afirmou ontem, em Brasília, que a imprensa, junto com o governo e a comunidade, por meio de uma campanha de esclarecimento sobre o assunto, poderia contribuir para reduzir de 15 milhões para três milhões o número anual de mortes de crianças com menos de um ano, registrado pela ONU.

Ao acusar os órgãos de comunicação de massa de não estarem fazendo muito esforço para divulgar a importância do aleitamento materno, Yoon-Gu Lee disse que dos 15 milhões de mortes registradas pela ONU, 12 milhões são perfeitamente evitáveis, principalmente se as mães passarem a amamentar seus filhos.

Numa visita que fez ao Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição — Inan —, o coordenador da Unicef alegou que essa instituição mundial contribui, em termos financeiros, muito

pouco com o programa brasileiro de aleitamento materno, porque, na verdade, o fundamental nesse tipo de trabalho são os recursos humanos. Segundo técnicos do Inan, este ano a Unicef destinou 138 mil dólares para o programa (cerca de Cr\$ 22 milhões).

Ao classificar o programa brasileiro como "muito bom", Yoon-Gu Lee explicou que ele deverá servir para abrir o caminho a outros países que, no futuro, seguirão a experiência do Brasil. Segundo a coordenadora do Grupo Técnico Executivo Nacional de Incentivo ao Aleitamento Materno, Yedda Paschoal de Oliveira, o programa, lançado há um ano e meio, se constitui na conscientização da importância do hábito, que vai desde campanha em escolas junto a médicos e hospitais até o exame de adaptação à realidade brasileira do Código de Controle da Publicidade de Alimentos Infantis Industrializados.

Ele ressaltou o trabalho junto às empresas para o cumprimento da lei, na medida em que é assegurada à mãe a disponibilidade de uma sala de amamentação para deixar seu filho, ou de creches, perto do seu local de trabalho.

Criada a Secretaria da Família

O prefeito Antônio Salim Curiati em solenidade, ontem, no Ibirapuera, assinou decreto criando a Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social — Fabes —, com a finalidade de atender aos carentes do Município, contribuindo para a sua integração na vida econômica e social da cidade, e para a elevação do seu nível de qualidade de vida. A Fabes se propõe, ainda, a proteger a família por meio de programas preventivos e assistenciais e de desenvolvimento comunitário, que se dirijam para seu amparo, fortalecimento e melhoria das condições de saúde, educação, trabalho, lazer e segurança social.

A nova Secretaria vai também prestar assistência técnica e financeira às entidades e grupos voluntários, incentivando e colaborando no desenvolvimento de suas atividades; estimular a participação da comunidade no levantamento, discussão e solução dos problemas relacionados com a ação social e mobilizar a opinião pública para a defesa da família.

Com a criação da Fabes, a Coordenadoria do Bem-Estar Social foi absorvida pela nova secretaria, para onde foram transferidos o seu pessoal, acervo, materiais, recursos financeiros e atribuições. O decreto assinado ontem estabeleceu, ainda, que o cargo de coordenador de Bem-Estar Social, referência DA-15, passa a denominar-se secretário municipal da Família e Bem-Estar Social.

O SECRETÁRIO

Ao anunciar, ontem, a criação da Secretaria da Família e Bem-Estar Social, o prefeito Salim Curiati não revelou o nome do novo secretário, que deverá substituir o coordenador Wilson Quintela Filho, explicando que ainda está examinando uma lista de nomes da qual consta o nome do próprio coordenador. Salim Curiati garantiu, entretanto, que deverá anunciar o nome do novo secretário "o mais rapidamente possível". Além de Wilson Quintela, também está cotado o nome do tenente-coronel José Ávila da Rocha, que prestou serviços a Salim Curiati na Secretaria da Promoção Social.

Durante a solenidade de assinatura do decreto criando a nova secretaria, foram feitos dois pedidos para a manutenção, no cargo, de Wilson Quintela Filho — um por moradores da zona Leste, beneficiados com o Pró-Periferia, e outro por funcionários da Cebes, representados por Odair Cretela.

Curiati, entretanto, não quis confirmar se manterá ou não o coordenador no cargo, apenas esclarecendo: "Ele é uma das pessoas que está relacionada na nossa lista. Existe uma série de fatores que estamos examinando. Quintela realizou realmente um trabalho de grande profundidade social. É um *expert*. Não sei se continuará ou se deverá servir em outro setor".

O prefeito, em seu discurso, criticou, ainda, a extinção da Secretaria na gestão anterior à de Reynaldo de Barros, declarando: "Foi uma injustiça que nunca perdamos".

Os desafios da família à sociedade e à Igreja

Nas comemorações da Copa do Mundo, na essência um motivo de aproximação entre os povos, especialmente graças à televisão, de alegria e confraternização geral, há uma nota dissonante: praticam-se, e não de hoje, exageros que transcendem ao lúdico — o comportamento lúdico é um comportamento saudável — e caem, por vezes, no deboche e na violência gratuitos. Forma de contestação, a um pretexto justo, do que se diria a ordem ontológica, os valores do comportamento civilizado, condensados no senso comum.

Faz pena ver-se, como na última segunda-feira, grupos entregues a violências verbais e até mesmo físicas, que aviltam o espírito de *fiesta* e o júbilo patriótico. Felizmente, ao contrário de alguns dos nossos vizinhos, somos insensíveis à xenofobia.

Mas, não se confunda essa pincelada rápida com falso moralismo, tão vazio quanto o falso sociologismo de certos bispos e padres, e seus "discípulos" (às vezes nem católicos são), marcados pela sua perda de identidade e sentido eclesiais. Tudo a refletir a crise da sociedade cristã, outros diriam a crise do Ocidente, especialmente a crise da família, duramente afetada pelos novos tabus que sucederam aos "preconceitos" antigos, pelo consumismo fácil — também da comunicação de massa — e pelo monstro inflacionário.

"FAMILIARIS CONSORTIO"

Nesse quadro, inspirada no último Sínodo dos Bispos, a exortação apostólica *Familiaris Consortio*, o mais recente documento do papa João Paulo II dirigido a toda a Igreja, mostra a importância de a família, fundada no amor, superar esses obstáculos, uma vez que é indispensável para o futuro da humanidade.

Onde se salienta que a vida moderna, apesar dos pessimistas e dos saudosistas de uma ordem patriarcal superada, não é necessariamente inimiga da família, antes lhe oferece novas opções válidas. Especialmente em termos de diálogo, nas relações "interpessoais" marido-mulher, entre pais, filhos e irmãos, a exclusão da violência, do machismo e do falso feminismo em voga, sem dano da hierarquia necessária nas relações humanas, baseada no respeito mútuo, isto é, no exercício de direitos e deveres recíprocos.

Ao lado desses elementos positivos da modernidade, que afinal não se opõem aos antigos (apenas os atualizam na nova dinâmica social), o ensinamento do papa lembra aqueles fortemente negativos: a corrupção da idéia da liberdade e da experiência da liberdade, em favor do egoísmo; os graves mal-entendidos nas relações entre pais e filhos (o chamado "conflito de gerações" hoje

exacerbado); a prosperidade do divórcio, o flagelo do aborto, "a expansão de uma mentalidade concepiva que vai contra a (própria) idéia da vida". Existem também condições sociais e econômicas que influem no comportamento de milhões de seres humanos e de seus lares, quando os há. Além disso, uma destruição cultural da família é promovida por aqueles que julgam a vida matrimonial "inútil" e "anacrônica". Eis a essência do desafio feito à Igreja e à sociedade, lembrou-o ainda agora o papa, em sua viagem apostólica à Inglaterra, falando em York durante um encontro de casais.

Sem desconhecer o fato de muitos matrimônios falharem, não há por que, à luz da doutrina da Igreja, abrir mão do princípio de sua indissolubilidade. "Este fato é de grande consolação para o mundo: embora alguns matrimônios falhem, a Igreja e seus membros deverão sempre proclamá-la — a indissolubilidade do matrimônio cristão — com fé." E daí, o cuidado pastoral das famílias, mais exigido em todos os casos que apresentam dificuldades.

"Com amor — o amor de Cristo — devemos-nos aproximar daqueles que sentiram a dor do matrimônio falido; daqueles que se encontram sós a aguentar o peso de uma família que devem fazer crescer; daqueles cuja vida familiar é caracterizada por tragédias ou doenças mentais e físicas. Louvo aqueles que prestam auxílio às pessoas vítimas do matrimônio falido, levando-lhes por exemplo a compaixão de Cristo e aconselhando-os segundo a Sua verdade."

O carisma profético de João Paulo II revela-se mais uma vez nesse grave ensinamento, de fundo teológico-antropológico, para refletir-se na realidade do nosso tempo e trabalhar pelo que seria a reedificação do gênero humano, à maneira da parábola do Bom Samaritano, aquele que praticou a misericórdia.

Infelizmente a *Familiaris Consortio* está ainda pouco divulgada entre nós. Artigos recentes, publicados no *Jornal do Brasil*, por d. Lucas Moreira Neves e pelo cardeal Salles, vieram-nos alertar sobre sua importância. Enquanto tanta tinta se gasta em pretensos documentos "sociais" e em "cartilhas políticas" comumente eivadas de segundas intenções, essas diretivas tão claras, dirigidas ao fulcro da questão que explode nas ruas, permanecem na semi-obscuridade.

É a hora de se fazer luz, também em nome da causa da verdadeira paz, em xeque no mundo. Porque, disse-o o papa em York, "a paz requer confiança, e a confiança é filha do amor — fonte da vida —, e o amor nasce no berço da família".

H.D.

Feminismo

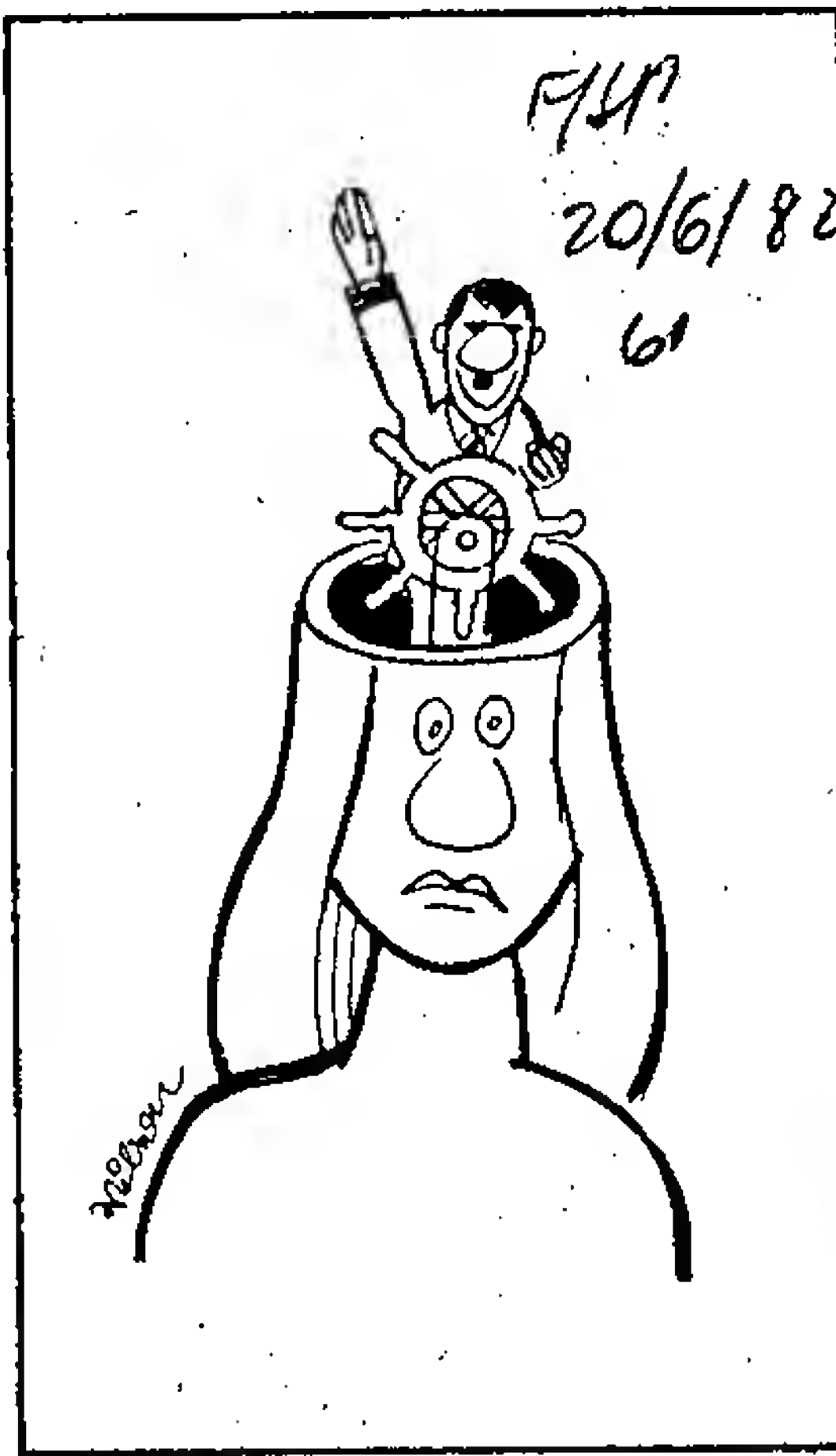
A maior inimiga da mulher

IREDE CARDOSO

Realmente nada há de mais lamentável que o comportamento de muitas mulheres, para as quais sempre dedico esta coluna, que teimam ainda em entender as reivindicações das trabalhadoras como algo agressivo e pouco "típico" de seu sexo. Quando Simone de Beauvoir enfatizou que a mulher é metade vítima, metade cúmplice, na realidade dizia uma verdade universal, aplicada a todos os seres humanos.

A questão não é ser dura porque a mulher se mostra alienada: ela foi educada para a submissão, pode até — por razões que a cultura e a psicologia podem explicar — defender, embora oprimida, sua própria opressão. Pode ser levada a acreditar nos "milagres", nas "vibrações", nos "astrais", dentro desse irracionalismo barato que invade os que ainda não entenderam a importância da organização da sociedade, seja entre os menores, as mulheres, os homossexuais, os negros, os trabalhadores, enfim todos os segmentos sociais. Os grupos que atuam autonomamente nunca deixam de dar sua enorme contribuição para que, como um todo, a sociedade ganhe vozes fortes, poderosas, que lutem no sentido de modificar aquilo que consideram injusto, discriminatório.

Por mais chocante que possa parecer, é entre mulheres que encontramos as mais ferrenhas adversárias da luta feminista; são aquelas que não se dignam a ler as informações sobre a realidade da mulher no Brasil e no mundo; que fecham os olhos para todas as conquistas conseguidas pela luta comum das mulheres, em nossa longa história, onde muitas tombaram por seus ideais. São mulheres que se dispõem, hoje, a votar pelo que de mais autoritário descobrem, ignorando a luta das "sufragettes", ridicularizadas e presas, saindo às ruas para que cada uma de nós pudesse agora depositar nosso voto nas urnas.



Mas essas são as filigranas negativas. A impressão que temos, ao observar o crescimento das organizações feministas, daquelas que colocam em pauta principalmente as discriminações que sofremos na sociedade, para chegar a uma crítica dessa sociedade e apontar caminhos razoáveis, de luta conjunta — homens e mulheres —, que exigem muito de nós mesmas e de nosso esforço de solidariedade, é muito positiva.

Aí também encontramos alguns problemas. Como as mulheres devem saber, a luta das feministas é autônoma. Autônoma no sentido de que entendemos que nenhum grupo ou partido político poderá passar por cima de nossas reivindicações, deixando de lado as aspirações de justiça para a população feminina e para o mundo, utilizando-nos como massa de manobra.

Dessa forma, é preciso que estejamos muito atiladas e dispostas a lutar para que falem nossos

corações e não nos sejam impostas cartilhas, catequeses, doutrinações. Porque essas cartilhas costumam nos deixar de lado e lavar de nossas cabeças o que o coração nos envia como recado contra a opressão. O discurso feminino-feminista não é redundante, grandioso, retumbante, moralista, triunfante; é apaixonado pela busca da alegria, do amor, da felicidade, dentro de uma sociedade democrática, dentro de uma família democrática. De uma democracia onde não haja excluídos. De uma democracia onde a voz e a vez das mulheres seja forte e imbatível, como a de todos os oprimidos. Uma voz que possa falar dos grandes problemas nacionais e mundiais, mas que fale pelo lado do que sente a mulher, do lugar que a ela vem sendo destinado, por falta de organização, de consciência — ela, metade vítima, metade cúmplice. Por isso, um discurso mais intimista, mais solto e, nem por isso, menos forte.

E, como muitas mulheres perguntam se não fica difícil encontrar um companheiro, quando se tem tanta consciência ou quando se é inteligente, é curioso lembrar uma frase posta em "grafitti", em Brasília: "Para uma mulher burrinha, um homem burrinho." E vice-versa, claro.

A luta das feministas é, na realidade, a luta de todas aquelas e aqueles que entendem que metade da população não pode continuar oprimida, desvalorizada, espancada, sujeita à covardia dos que se dizem "fortes", mais fortes.

Continuamos, assim, reivindicando os salários iguais para iguais funções. Reivindicamos igualdade de direitos, prazer no amor, respeito, e tudo o mais que os oprimidos, como um todo, vêm reivindicando. Mas é triste saber que, até hoje, apenas duas mulheres, em São Paulo, entraram com ação na Justiça do Trabalho, reivindicando salários iguais para funções iguais. Uma delas ganhou. Somos ou não coniventes?

A família e a Secretaria

O prefeito Salim Curiati criou, por decreto, a Secretaria Municipal da Família e do Bem-Estar Social (Fabes). Sua proposta de trabalho é a de atender às famílias carentes e de contribuir para a sua integração na vida econômica e social do município. Uma proposta que se nos parece acima da capacidade do órgão criado, porque o indivíduo se integra na vida econômica quando tem trabalho, quando está produzindo riquezas e recebendo salário condigno para satisfazer suas necessidades materiais e espirituais.

A decomposição dessa proposta da Fabes de integração econômica e social dos carentes do município, está assim especificada: proteção à família por meio de programas preventivos e assistenciais e de desenvolvimento comunitário, que se dirijam para seu amparo, fortalecimento e melhoria das condições de saúde, educação, trabalho, lazer e segurança social. Ora, o que temos aqui é um programa administrativo e não o campo de atuação de uma secretaria municipal.

Para melhorar as condições de saúde da população do Município de São Paulo (e não só das famílias carentes) existe, com destacada atuação nestes últimos dois anos, a Secretaria de Higiene e Saúde; a educação tem a sua secretaria específica, que tem ampliado a rede municipal de ensino, tanto no que se refere à pré-escola quanto ao ensino de 1º grau; o trabalho vem sendo cuidado, bem ou mal, pela Secretaria de Relações do Trabalho, do Estado, assim como a segurança; e, em se tratando de lazer, a Paulistur vem desincumbindo-se da sua missão, ajudada de maneira eficaz pela Secretaria Municipal de Cultura.

As famílias, carentes ou não, poderiam ser mais facilmente integradas na comunidade por meio dos Conselhos Comunitários, dos quais elas participariam por seus representantes livremente escolhidos. E a defesa da família, a sua união, a sua estabilidade não se consegue só porque se a reconhece como núcleo básico da sociedade; para tanto, é preciso muito mais. Bernard Shaw certa vez advertiu: "Não se pode nunca falar de nenhuma espécie de religião ou de esperanças de uma vida melhor a um homem faminto".

A família é, sem dúvida, o que de mais importante existe na sociedade, mas não será com a aplicação de uma política paternalista pelo poder público municipal que se há de manter a sua integridade, embora, no Brasil, especialmente nas regiões economicamente mais atrasadas, as famílias tenham encontrado no sofrimento o seu ponto de equilíbrio. Não terá sido por outro motivo, pois, que o papa João Paulo II declarou, conforme repetiu o prefeito Salim Curiati, que "a família brasileira não tem sido somente a grande transmissora de valores culturais, éticos e espirituais de uma geração para outra, mas, sobretudo, o principal meio de comunicação da fé nos valores que alimentam a nacionalidade". E o que é de se destacar: a família brasileira fez tudo isso sem precisar de uma Secretaria Municipal criada por decreto em ano eleitoral.

20/6/82 18:22

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DA TARDE*Data: *21/6/82*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

Prefeitura vai construir *F. Tardes 21/6/82* 22 creches na periferia

A Prefeitura paulistana vai aplicar recursos da ordem de Cr\$ 820 milhões na construção de 22 creches na periferia da cidade. O secretário Paulo Gomes Machado, de Serviços e Obras, informou que já estão abertas concorrências públicas para execução daquelas unidades em diferentes áreas da Capital. Dezoito creches terão área construída de 675 metros quadrados, e as outras quatro, 663 metros quadrados. Todas terão condições de receber até 150 crianças, de zero a seis anos, ou até três anos, no caso das situadas junto a Escolas Municipais de Educação Infantil, que dão assistência a menores de três a seis anos. As creches, a serem iniciadas no próximo mês e concluídas no prazo máximo de quatro meses, e que contarão com recursos da Caixa Econômica Federal, serão instaladas nas seguintes áreas: quatro na Freguesia do Ó (Vila Regina, Vila Souza, Jardim Nina e Jardim Monjolo); duas em Santo Amaro (Vila Guacuri e Jardim Novo Parelheiros); duas em Campo Limpo (Jardim Macedônia e Parque Regina); três em Pirituba-Perus (Jardim Taipas, Jardim Panamericano e Jardim Pirituba); três na Regional de Vila Maria-Vila Guilherme (Jardim Cabucu, Conjunto Jaçanã e Vila Maria); uma no Ipiranga (Vila Moraes); duas na Mooca (Jardim Imperador e Bresser); três no Butantã (Jardim Julieta, Jardim João XXIII e Jardim Boa Vista); e duas na Vila Mariana (Jardim Luso e Cidade Leonor).

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGASDepto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal

Folha 10

Data

23/06/82

Pág.

14

Pasta n.º

N.º do recorte

Grajaú insiste**em ter creche**

As moradoras do bairro do Grajaú vão realizar amanhã, às 15 horas, uma reunião para pedir creche. Elas já fizeram a reivindicação junto à Prefeitura, mas até agora não obtiveram resposta. A reunião será em frente ao posto de saúde, que fica na rua Um, esquina com a rua Cinco. Para se chegar ao local, vai-se pela estrada do Bororé e depois do posto de gasolina pega-se a primeira rua à direita.

23/6/82

Mulheres protestam contra a morte de prostitutas no Brás

Depois dos cinco assassinatos cometidos por um maniaco que persegue as prostitutas no Brás, o SOS — Mulher, grupo de defesa dos direitos da mulher, decidiu convocar um ato público em frente à Estação Roosevelt no Brás, na quarta-feira, dia 9, protestando contra a ação da polícia em cima das prostitutas e contra o assassinio das mulheres naquele bairro. "A polícia, em vez de prender o maniaco, continua prendendo as próprias prostitutas. Não defendemos a prostituição como instituição, mas nos solidarizamos com as mulheres prostitutas".

O ato reuniu mais de 100 pessoas e consistiu também de uma passeata que percorreu algumas ruas do Brás. As mulheres, empunhando faixas, exigiam parar com os assassinatos e com violência policial para com as prostitutas. "Será que o preconceito que a sociedade tem com relação às prostitutas, justifica a impunidade do assassino conhecido, mas até hoje solto? Será que esse mesmo falso preconceito deveria nos manter afastadas da questão e nos impedir de manifestar a nossa solidariedade? Achemos que não. Estamos aqui porque achamos que, como mulheres, estamos todas sujeitas à violência que nos oprime", protestavam as representantes do SOS-Mulher.

PROSTITUTAS SE DEFENDEM

As dezenas de moças paradas à porta dos hotéis de alta rotatividade da região, observavam de longe a passeata, mas não aderiam. Muitas até procuravam se esconder com medo de serem identificadas, por medo da polícia e também do maniaco.

Mas, ainda que no anonimato, um grupo de mulheres resolveu organizar o Comando Mulheres Caçadoras Maníaco, formado pelas próprias prostitutas do Brás. O Comando pretende investigar a morte das companheiras e defender as moças que ganham a vida nas ruas do bairro. Segundo Teca, uma das integrantes do SOS, uma representante do Comando procurou a sede do SOS-Mulher, em Pinheiros, e informou sobre a existência desse comando, explicando que seus membros não podem se identificar por causa das perseguições.

Mas uma das iniciativas do Comando Mulheres Caçadoras Maníaco foi marcar uma Missa, na Igreja Bom Jesus, no Brás, que foi rezada, às 19 horas do dia 9. O ato religioso foi em memória das cinco vítimas de assassinato desde novembro último: Cleonice Costa e Silva, morta em novembro; Leny dos Santos Barbosa, em abril; Jaci da Silva Coelho, em abril; uma vítima não identificada que foi morta no dia 2 de maio, no Hotel Oriente, Rosely Pereira dos Santos, morta no dia 9 de maio.

Durante a passeata contra a violência à mulher, correu um manifesto do comando que, entre outras coisas, afirmava que "para a sociedade não temos sentimentos de dignidade, de pudor e de honra, mas para nós deveria haver a honra e a dignidade da polícia em prender o assassino. Não há dúvida que o maniaco do Brás, seja dotado de invejável sorte, ou não há dúvida que seja mais fácil nos deter, pois a nossa única arma é correr das detenções injustas e arbitrarias".

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: O Est. SPANHO

Data: 24/06/82

Pág.: 10

Pasta n.º

N.º do recorte

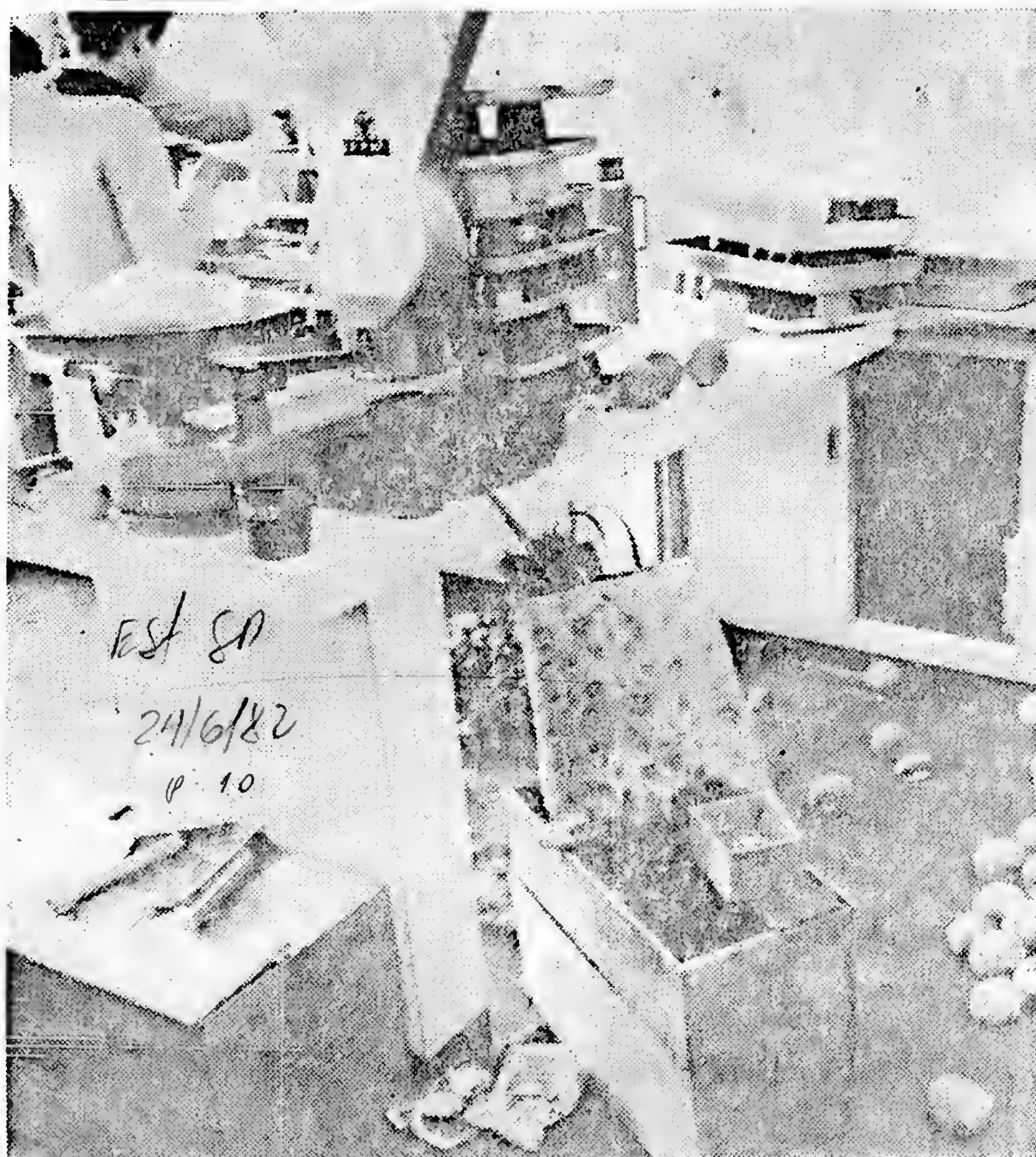


Foto Benedito Salgado

Os marginais costumam agir nos fins de semana

Após sete assaltos, creche terá ajuda

Somente depois de sete assaltos em menos de dois meses — o último foi dia 19 — e prejuízos de quase um milhão de cruzeiros é que a Coordenadoria do Bem Estar Social resolveu tomar providências para proteger a creche do Jardim Guarani, na zona Norte de São Paulo. Deverão ser contratados um zelador e um vigia noturno, além de já ter sido providenciada a colocação de grades de segurança nas janelas, trancas nas portas e instalação de uma sirena-alarme dentro do prédio, para alertar os vizinhos.

A creche do Jardim Guarani atende diariamente 118 crianças, de zero a seis anos e 11 meses, funcionando de segunda a sexta-feira das 7 às 18h30. Desde o início da semana, o pessoal da creche vem trabalhando para colocar em ordem a casa, que somente hoje voltará a receber as crianças.

Não há nada que não tenha sido mexido: gavetas, armários, despensa de alimentos, caixa de remédios. Os assaltantes, como das vezes anteriores, levaram alimentos, talheres, toalhas, lençóis, fraldas, colchões, além de destruir um bebedouro, roubar o relógio de parede, um botijão de gás e espalhar

brinquedos e trabalhos manuais das crianças por todo o prédio.

A direção da creche procurou a delegacia de polícia do Jardim Guarani logo após o primeiro assalto, mas foi informada da impossibilidade de se manter uma viatura ou um policial de plantão no local 24 horas por dia ou mesmo nos fins de semana, dias preferidos pelos assaltantes. Os funcionários — 33 no total — temem continuar trabalhando na creche sem um esquema de proteção seguro, pois, como afirmam, têm muitas crianças sob sua responsabilidade. As paisagens informaram ser comum a utilização da creche nos fins de semana como motel.

A falta de funcionários, além de sobrecarregar o pessoal da creche, levou à suspensão das classes do jardim e pré-primário, prejudicando o aprendizado das crianças e o serviço das mães que trabalham fora. Das 19 paisagens contratadas, seis estão afastadas em licença de gravidez.

Por isso, o supervisor geral de assuntos administrativos da Cobes, Hugo Duarte, visitou a creche ontem pela manhã, em companhia de dois técnicos da Coordenadoria, comunicando às

mães que, além das medidas de segurança, terá providenciado também o reforço no quadro de pessoal da creche, com a contratação de mais quatro paisagens e dois auxiliares de cozinha.

Ao lado da creche, inaugurada há seis meses, funciona o posto médico. Em atividade desde maio, já sofreu dois arrombamentos e acredita-se que os autores sejam os mesmos que assaltaram a creche. Do posto, levaram ferramentas do almoxarifado e caixas de remédio. Por isso, o presidente da Sociedade Amigos do Bairro de Jardim Guarani, José da Guia, quer que a Secretaria Municipal de Higiene e Saúde tome medidas para proteger o prédio, pois considera o atendimento médico importante para a segurança das crianças e tranquilidade das mães e responsáveis pela creche.

Tanto a caixa d'água da creche, quanto a do posto de saúde tiveram que ser desinfetadas, pois foram encontrados excrementos nos reservatórios. Em fevereiro, uma criança de seis anos morreu, com suspeita de meningite, enquanto uma funcionária abortou por ter contraído rubéola.

Creche do Grajaú só é promessa

Os moradores do Grajaú, um dos bairros mais carentes da zona Sul, cobram novamente a instalação de uma creche prometida em fevereiro deste ano pelo então prefeito Reinaldo de Barros. Cansados de esperar o cumprimento da promessa, eles resolveram marcar para hoje, às 15 horas, uma manifestação maciça em frente ao posto de saúde "Maria Antonieta de Barros". "Todas as mães devem participar — disse Naufali Hussein Kassan — já que aqui não existe lugar para deixar os filhos, impedindo assim que a maioria das mulheres trabalhe fora."

O movimento pró-creche é antigo. Começou no mesmo dia em que o ex-prefeito inaugurou o posto de saúde. Mas, quatro meses se passaram e o terreno destinado anteriormente para ser o local da creche foi transformado em depósito de lixo. De nada adiantou a ida à Prefeitura no último dia 9, quando foram recebidos por um assessor que não se identificou. Ele, segundo integrantes do movimento, declarou que o atendimento ao pedido seria "providenciado".

Não houve "providências" e, enquanto a creche não vem, o Clube de Mães da Igreja Nossa Senhora Aparecida, juntamente com os moradores, procuram mobilizar a população visando a pressionar as autoridades a atenderem rapidamente o pedido.

MAIS PROBLEMAS

Não bastasse a creche que por enquanto não passa de promessa, os moradores do Grajaú ainda têm mais problemas. As ruas ficam intransitáveis quando chove, não há esgoto, a coleta de lixo é inexistente e até o cascalho (colocado pelos moradores) que cobria a rua 3 foi retirado na época da construção do posto de saúde.

"Quando começaram a construir o posto eles acabaram com a rua, não dava para passar nem a pé. A Prefeitura prometeu arrumá-la mas ficou apenas em palavras", lamenta Naufali. Motivos para revolta os moradores do Grajaú têm. E muitos. As vezes são obrigados a passar por situações constrangedoras, como a que aconteceu há poucos meses quando um homem morreu e o caixão precisou ser carregado por vários quarteirões, pois o carro da funerária não conseguiu entrar na rua.

VIDA DIFÍCIL

Naufali reconhece que não é fácil morar no Grajaú, mas não pede maiores benfeitorias. "Só queremos que façam o que prometeram: colocar esgoto, arrumar a rua e construir a creche. Eles não tinham o direito de tirar o cascalho que nós colocamos, então por que não o colocam outra vez?"

Outro motivo de preocupação para os moradores é o córrego existente na rua 3, o qual funciona como um esgoto natural. Na semana passada começaram a colocar terra dentro dele, o que poderá entupí-lo. Se isso acontecer, não haverá meios de escoamento para a água das casas.

LAMA

Também em frente à Escola Estadual de Primeiro Grau "Prof. Carlos de Moraes Andrade" a situação não é das melhores. Quando chove, de acordo com Naufali, "as crianças sobem a rua "de quatro", formam-se crateras no local, a terra cede e a lama toma conta de tudo", fazendo com que a área se torne perigosa.

ASA QUER EXPANDIR ATENDIMENTO DE SUAS CRECHES

"Nós só queremos espaço para trabalhar. Nós temos condições de montar, imediatamente, novas creches, desde que tenhamos imóveis para isso", desabafou ontem a superintendente da Associação Santo Agostinho — ASA, Daise Sabóia Sales, mantenedora de cinco creches na Capital. Segundo ela, a ASA é uma exceção em termos de creche, porque "nossa alimentação não é deficitária, nós alimentamos as crianças da melhor maneira possível, eu posso até mostrar-lhes contas de açougue".

A Associação Santo Agostinho mantém cinco creches em São Paulo, quatro delas para crianças até seis anos. A última é para crianças de 7 a 14 anos, dentro do programa Osem — Orientação Sócio-Educativa ao Menor criado pela Prefeitura. Essa creche do programa Osem se destina a menores em idade escolar, para não deixá-los na rua, fora do horário de aula. Eles saem da escola, almoçam na creche, ali fazem seus deveres de casa, têm orientação Ocupacional e educação física ministrada por professores. Depois, tomam um lanche e vão para casa.

HA 20 ANOS

A Associação Santo Agostinho foi criada em 1942, por alunos do Colégio "Des Oiseaux", com "uma creche pequeninha que foi crescendo". Hoje, após quase 40 anos, já são cinco as suas creches. Uma delas está em prédio próprio, com material próprio. As outras quatro têm prédio e material da Prefeitura, embora mantidas pela Associação.

Vivendo principalmente à base de convênios e voluntariado, a ASA, de acordo com sua superintendente, tem tudo para ampliar seu trabalho. "é isso que nós pretendemos. Nós estamos lutando há tempos para conseguir a cessão do prédio da Emurb na praça das Bandejas. Promessas nós temos muitas, mas é preciso que isso se concretize".



Grupo de crianças até dois anos e meio, atendidas pela ASA: é a hora do almoço

Não há quase restrições a que crianças pertençam às creches da Associação Santo Agostinho. Há um limite de salário — de cinco salários mínimos — aos interessados. Há também uma grande fila de espera de vagas, "como acontece em todas as creches". Principalmente porque essas creches vivem à base de uma pequena e voluntária contribuição mensal — de 500 cruzeiros — dos usuários e o restante de convênios com a Prefeitura, com a Fehem, com a Legião Brasileira de Assistência — LBA e com empresas cujos filhos desuas empregadas ali estão abrigados. Há, ainda, a fonte de renda das diversas atividades da ASA, como bazares, noites beneficentes, papelaria e escola de dattlografia.

Cada criança, segundo a supervisora Daise Sales, custa em média 7 mil cruzeiros por mês. Cada creche abriga 200, menos a do programa Osem, que abriga apenas uma centena. Nesses termos, pode-se

calcular que, de gastos, as creches da ASA custam, mensalmente 6,3 milhões de cruzeiros.

CUIDADOS

As crianças até seis anos recebem cinco refeições diárias, segundo Daise Sabóia Sales. "De dia, elas brincam. Depois do almoço — que muitas repetem duas ou três vezes —, elas dormem e, à tarde, têm atividades recreacionais, orientadas por psicólogas, professoras e recreacionistas. Isso aqui é uma espécie de pré-escola às crianças em idade pré-escolar", afirmou a superintendente.

"As maiores — prosseguiu — chegam à creche depois da escola. Recebem almoço, fazem seus deveres de casa com orientação de professores e, após um lanche à tarde, são dispensadas para voltarem à casa". O carinho para com essas crianças, disse a superintendente, é preocupação espe-

cial da Associação Santo Agostinho: "Mensalmente, nós mantemos reuniões com nossos funcionários, para evitar que eles levem para dentro das creches seus problemas pessoais. Isso é uma tarefa muito difícil, mas nossa preocupação é extrema nesse sentido. Funcionário de creche tem mil problemas pessoais, mas nós tentamos orientá-los a que cuidem dos filhos de outros como cuidam de seus filhos".

A Associação Santo Agostinho vai fazer 40 anos, sempre seguindo seu objetivo, o de ajudar crianças carentes. Atualmente, a ASA mantém suas creches na rua Humaitá, 500, Bela Vista (fone 256-2156); na rua Cerqueira César, 301, Santo Amaro (fone 247-6373); na praça Whitacker Penteado, 290, Jabaquara (fone 275-3562); na rua Oscar Pinheiro Coelho, 309, no Caxingui (fone 813-6916) e na rua Visconde de Inhaúma, 284, no Bosque da Saúde (apenas Osem).



Cada creche da Associação Santo Agostinho abriga duzentas crianças.

Associação deseja abrir mais creches

Entidade mantém cinco unidades na Capital

"Nós só queremos espaço para trabalhar. Temos condições de montar, imediatamente, novas creches, desde que tenhamos imóveis para isso", afirmou, ontem, a superintendente da Associação Santo Agostinho (Asa), Deise e Sabóia Sales, mantenedora de cinco creches na Capital. Segundo ela, a Asa é uma exceção em termos de creche, porque "nossa alimentação não é deficitária, nós alimentamos as crianças da melhor maneira possível, eu posso até mostrar as contas do açougue". No entanto, não quis comparar as creches da Associação com as da Prefeitura.

A Associação Santo Agostinho mantém cinco creches em São Paulo, quatro delas para crianças até seis anos. A última é para crianças de 7 a 14 anos, dentro do programa Osem (Orientação Sócio-Educativa ao Menor), criado pela Prefeitura. Essa creche do programa Osem destina-se a menores em idade escolar, para não deixá-los fora do horário de aula, "na rua". As crianças saem da escola, almoçam na creche, ali fazem seus deveres de casa, têm orientação ocupacional e educação física ministrada por professores. Depois, tomam um lanche e voltam para casa.

HÁ 20 ANOS

A Associação Santo Agostinho foi criada em 1942, por alunas do Colégio "Des Oiseaux", com "uma creche pequeninha, que foi crescendo". Hoje, após quase 40 anos, já são cinco as creches. Uma delas está em prédio próprio, com material próprio. As outras quatro têm prédio e material da Prefeitura, embora mantidas pela Associação.

Vivendo principalmente à base de convênios e voluntariado, a Asa, de acordo com sua superintendente, tem tudo para ampliar o trabalho, "e é isso que nós pretendemos. Nós estamos lutando há tempos para conseguir a cessão do prédio da Emurb na praça da Bandeira. Promessas nós temos muitas, mas é preciso que isso se concretize".

Não há quase restrições a que crianças pertençam às creches da Associação Santo Agostinho. Há um limite de salário — de cinco salários mínimos — para os pais. Há também uma grande fila de espera de vagas, "como acontece em todas as creches". Principalmente porque essas creches vivem à base de uma pequena e voluntária contribuição mensal (de Cr\$ 500) dos usuários e o restante de convênios com a Prefeitura, Febem, Legião Brasileira de Assistência (LBA) e com empresas, para os filhos de suas funcionárias. Há, ainda, a renda de diversas atividades mantidas pela Asa, como bazares, noites beneficentes, papeleria e escola de datilografia.

Cada criança, segundo a supervisora Deise Sales, custa em média Cr\$ 7 mil por mês. Cada creche abriga 200 menores, exceto a do programa Osem, para cem crianças. Por isso, os gastos das creches da Asa são de Cr\$ 6,3 milhões por mês.

CUIDADOS

As crianças de até seis anos recebem cinco refeições diárias, segundo Deise Sabóia Sales. "De dia, elas brincam. Depois do almoço, dormem e, à tarde, têm atividades de recreação, orientadas por psicólogas, professores e técnicos. Isso aqui é uma espécie de pré-escola às crianças em idade pré-escolar", afirmou a superintendente.

"As maiores — prosseguiu — chegam à creche depois da escola. Recebem almoço, fazem seus deveres de casa com orientação de professores e, após um lanche, à tarde, voltam para casa." O carinho para com essas crianças, disse a superintendente, é preocupação especial da Associação Santo Agostinho: "Mensalmente, nós mantemos reuniões com os funcionários, para evitar que eles levem para as creches seus problemas pessoais. Isso é uma tarefa muito difícil, mas nossa preocupação é extrema nesse sentido. Funcionários de creche têm mil problemas pessoais, mas nós tentamos orientá-los para que cuidem dos filhos de outros como de seus próprios filhos."

A Associação Santo Agostinho vai fazer 40 anos sempre seguindo seu objetivo, o de ajudar crianças carentes. As suas creches ficam na rua Humaitá, 500, Bela Vista; rua Cerqueira César, 301, Santo Amaro; na praça Whitacker Penteado, 290, Jabaquara; na rua Oscar Píñheiro Coelho, 309, no Caxingui; e na rua Visconde de Inhaúma, 284, no Bosque da Saúde.

Feminismo*FSP*
27/6/82 62
**Iraídes,
ou o crime
legitimado**

IREDE CARDOSO

Várias coisas absorvem o pensamento das mulheres que refletem sobre sua própria situação na sociedade. Um leitor nos denuncia que a agência do Banco Itaú, de Sumaré, por ordem de seu gerente, proibiu às funcionárias fumar dentro do horário de trabalho. Claro que fumar faz mal, mas, se a denúncia é verdadeira e o zelo do gerente pela saúde é radical não se entende por que proibir mulheres de fumar. Só pode ser odioso machismo, mesmo. As mulheres sabem que, quando denunciam um sistema discriminatório, estão também denunciando os agentes desse mesmo sistema.

As feministas não reclamam. Elas apenas constatarem e, no cotidiano, lutam para conquistar seus espaços, sensibilizando políticos, mobilizando as próprias mulheres e homens sensíveis, porque não somos paternalistas e nem vamos esperar que nossas reivindicações venham cair do céu. Claro. Mas, enquanto houver todo esse machismo, o feminismo estará lá, mais forte que nunca. E o feminismo incomoda, porque o machismo é insuportável. Aconselharia às mulheres dessa agência bancária a nos procurarem. Queremos ver se, além dessa estúpida discriminação, essa agência mantém creches, como manda a lei, se paga salários iguais para trabalho igual etc, e assim sairmos dessa passividade. Existe a Justiça, temos advogadas e poderemos criar alguns probleminhas interessantes para os mais realistas que o rei.

Outra questão que é muito controversa, mas precisa ser refletida pelas mulheres, é a do caso da Iraídes, aquela que assassinou seu marido, degolando-o e esgarateando seu corpo. Quando mencionamos o fato, as pessoas de bom senso tremem de asco e horror. Muitos homens vieram discutir comigo a questão, acusando-me de ma-

chista às avessas, por considerar Iraídes uma mulher que precisa ser absolvida, pois a história de seu crime e sua vida com o companheiro psicopata só tinha duas soluções: ou ele morria ou ela e seu filho seriam assassinados.

Iraídes é bem o exemplo sinistro do quanto a sociedade pode deixar desprezada uma mulher infinitamente oprimida, espancada, violentada. Quando me lembro da história de sua vida, das cicatrizes de seu corpo e de seu primeiro filho; quando me lembro de que ela foi arrastada grávida, aos 9 meses de gestação, pela rua, diante de todos; quando me lembro de que fugiu três vezes e voltou, sob ameaça de morte, e que via nele a própria autoridade policial (ele era ligado à polícia), sempre ligo os fatos à revolução da Nicarágua, que derrubou Somoza.

Para mim, Iraídes não é criminosa. Lamento muitos os detalhes sinistros de seu ato de explosão em defesa da vida, dela e de seu filho. Ela, mais que ninguém, lamenta. Uma boca a menos, Iraídes foi "obrigada a consumir o casamento", ou seja, aceitar a relação sexual com seu primeiro marido, encomendado pelo pai, sob pena de uma sova com corda. Viveu com seu segundo companheiro, 12 anos de inferno, fazendo crescer sua revolta. Seus dentes se cerraram e sua energia foi canalizada, pela violência da sociedade, para a violência da libertação. Há os que a condenam, mas, até o momento, ninguém surgiu para defender o assassinado. A mão de Iraídes, nascida como todas as demais, para acariciar, foi levada à triste condição de matar. Porque o amor e a solidariedade a ela foram negados.

Iraídes é a prova de que quem ama não mata. E também é a prova de que, muitas vezes, matar, mesmo do modo que foi feito, é um ato de legítima defesa, não da honra, mas da própria vida e da dignidade. Somos contra a pena de morte. Mas somos ainda mais a favor de que a sociedade dê amparo aos humildes massacrados e privados do pão nosso de cada dia.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal

Folha 11/10/82

Data

27/06/82

Pág.

22

Pasta n.º

N.º do recorte

Unesp projeta creches em seus campus

O reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Armando Otávio Ramos, apresentou ao governador José Maria Marín o projeto de instalação de centros de convivência infantil nos 15 campus da Unesp espalhados pelo Interior do Estado. Os centros destinam-se ao atendimento de filhos de funcionárias e professoras da Universidade.

O reitor também tratou da contratação de pessoal especializado para operar o Centro de Computação da Universidade, que será instalado em Botucatu. O prof. Otávio Ramos apresentou, também, pedido de liberação da quota de regularização do orçamento da Unesp, da ordem de Cr\$ 320 milhões.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *Folha São Paulo*
Data: *29/06/82*
Pág.: *15*

Pasta n.º

N.º do recorte

*Favela fez
festa para
manter creche*

Com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção de sua creche e construção de uma cooperativa de consumo, os moradores da favela de São Domingos, no Butantã, realizaram neste fim de semana uma festa beneficente.

Houve brincadeiras para as crianças e baile para os adultos. As mulheres encarregaram-se de preparar bolos e sanduíches, que foram vendidos no bar e na quermesse, enquanto os homens montaram todo o equipamento de som, levantaram as barracas e trabalharam no bar. Já as crianças ficaram com os enfeites e a ornamentação do salão, que foram produzidos durante todo o mês.

F/SP 29/6/82 p. 18
**Grupo quer
mais ajuda
a detentos**

A criação de uma creche para filhos de detentos e maior oportunidade de empregos foram reivindicadas à Prefeitura de Guarulhos pelo Grupo de Recuperação do Presidiário, que é liderado pelo juiz-corregedor Ademir de Carvalho Benedito.

O grupo é formado por juizes, advogados, psicólogos, donas de casa, delegado de polícia e pelo carcereiro, reunidos em torno do mesmo objetivo: analisar cada caso pessoalmente, bem como os problemas maiores dos detentos. De acordo com o comportamento, o preso deixa a cadeia e vai para a Casa de Recuperação e depois para a Casa do Albergado. Nessa fase muitos já trabalham fora. O grupo preocupa-se então com a família dos detentos, arranjando emprego para as mães e creches para as crianças.

RESULTADOS

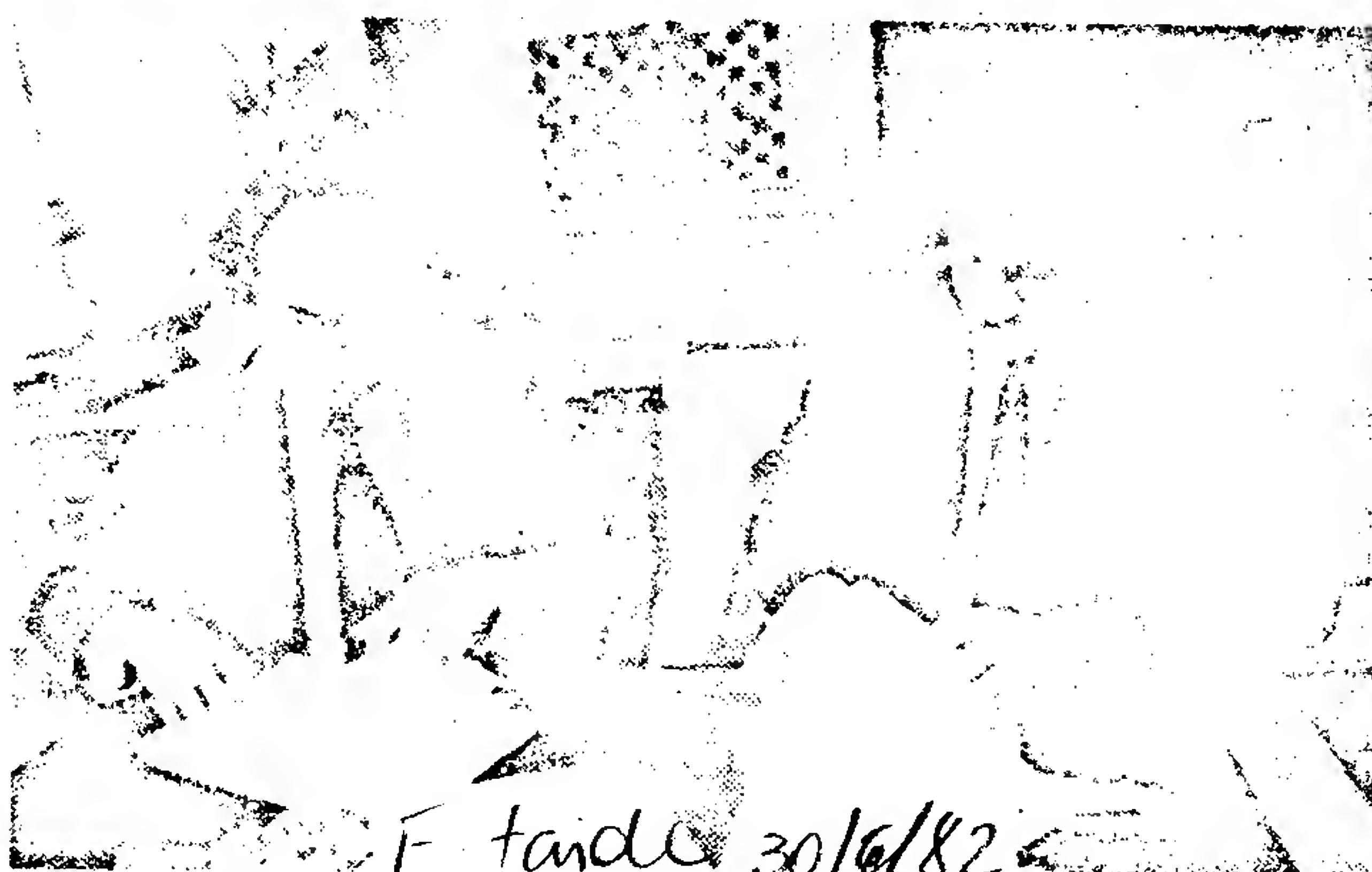
O juiz Marco Antônio Monteiro, que participa do grupo, explicou ao prefeito Rafael Rodrigues Filho que o trabalho que está sendo realizado no presídio de Guarulhos aliviou a tensão existente, com bons resultados no comportamento individual dos detentos. Ressaltou também a colaboração da indústria e do comércio, empenhados em dar empregos aos presidiários, facilitando a convivência com a sociedade. O prefeito disse que a administração municipal vai colaborar com o grupo, melhorando as condições carcerárias e dando empregos aos presos de bom comportamento.

Creches: CEF e LBA firmam convênio

A Caixa Econômica Federal e a LBA — Legião Brasileira de Assistência assinaram, ontem, convênio para financiamento de 11 creches para crianças carentes de até seis anos. O benefício atingirá 330 crianças e cada uma receberá uma ORTN — Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional por mês.

Emílio Julianelli, superintendente da LBA paulista, apelou, ontem, durante a assinatura dos contratos, "às demais instituições financeiras, oficiais e particulares, que sigam o exemplo da Caixa e adotem a mesma atitude". Segundo ele, "a doação de uma ORTN, equivalente a Cr\$ 1.976,41, é dinheiro razoável para o atendimento de uma criança". Ao contrário dele, no entanto, Maria Santos Alvares, diretora de uma instituição assistencial de Guarulhos, beneficiada com a medida, afirmou que "o dinheiro ajuda, mas é insuficiente".

A partir de amanhã, a Caixa Econômica Federal vai dispende 330 ORTNs, mensalmente (equivalentes a Cr\$ 652.215,30, nos valores atuais). Emílio Julianelli lembrou ontem que a LBA atende a 800 mil crianças carentes, mas existem no Brasil cerca de 15



Carvalho, da CEF, e Julianelli, da LBA, assinam os convênios

milhões de crianças de até seis anos sem assistência.

Afro Furtado de Carvalho, gerente-geral da filial da Caixa Econômica Federal de São Paulo, também apelou às demais instituições financeiras para que "procurem seguir o exemplo do atendimento social pioneiro da Caixa". Negou, porém, aos diretores das instituições assistenciais, a ampliação do benefício em caso de aumento do número de crianças. Cada uma delas vai receber os recursos referentes ao atendimento de 30 crianças, mesmo que prestem assis-

cia a maior número de carentes, como é o caso da maioria.

Ontem, durante a assinatura dos convênios, os diretores das entidades assistenciais lembraram que "em época de crise os donativos diminuem e fica cada vez mais difícil atender às crianças carentes", segundo Maria Santos Alvares, da entidade de Guarulhos. Além dela, foram beneficiadas com a medida, outras dez entidades dos seguintes municípios: São João da Boa Vista, Franca, Jaboticabal, Barretos, Lins, Pirajui, Campinas, Assis, Presidente Prudente e Itapetininga.

CEF assina convênio e financiará onze creches

A Caixa Econômica Federal assinou, ontem, com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), um convênio para financiamento de onze creches para crianças carentes de até 6 anos. O benefício vai atingir 330 crianças e para cada uma será paga à creche uma Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) por mês.

Emílio Julianeli, superintendente da LBA paulista, apelou ontem, durante a assinatura dos contratos, "às demais instituições financeiras, oficiais e particulares, que sigam o exemplo da Caixa e adotem a mesma atitude". Segundo ele, a doação de uma ORTN, no valor de Cr\$ 1.976,41 "é dinheiro razoável para atendimento de uma criança". No entanto, para Maria Santos Alvares, diretora de uma instituição assistencial de Guarulhos, beneficiada com a medida, "o dinheiro ajuda, mas é insuficiente".

A partir de amanhã, a Caixa Econômica Federal vai dispende 330 ORTNs, mensalmente, no valor de Cr\$ 652.215,30, nos valores atuais. Emílio Julianeli, lembrou ontem que a LBA atende 800 mil crianças carentes, mas existem no Brasil cerca de 15 milhões de crianças de até 6 anos, sem assistência.

EXEMPLO

Afro Furtado de Carvalho, gerente geral da Caixa Econômica Federal de São Paulo, também apelou às demais instituições financeiras que "procurem seguir o exemplo do atendimento social, pioneiro da Caixa". Negou, porém, aos diretores das instituições assistenciais, a ampliação do benefício em caso de aumento do número de crianças. Cada uma delas vai receber pelo atendimento a 30 crianças, mesmo que prestem assistência a maior número de carentes, como é o caso da maioria.

Ontem, na assinatura dos convênios, diretores das entidades assistenciais, lembraram que "em época de crise os donativos diminuem e fica cada vez mais difícil atender às crianças carentes", segundo Maria Santos Alvares, da entidade de Guarulhos. Além dela, foram beneficiadas com a medida outras dez entidades, de São João da Boa Vista, Franca, Jaboticabal, Barretos, Lins, Pirajui, Campinas, Assis, Presidente Prudente e Itapetininga. Os convênios seguem o protocolo de intenções assinado recentemente em Brasília, entre as instituições financeiras e a LBA, no sentido de ajudar crianças carentes.

Journal: EM 12-11-80
17-30/06/1980
Data

14-15
Pág.

Parta n.º
N.º do recorte 1284

As mulheres, o PT e as eleições

O Encontro de São Paulo

O Encontro de São Paulo preparatório ao Encontro Nacional, realizado no dia 6 de junho, refletiu um amadurecimento da discussão desde o 2º Encontro de Mulheres do PT de novembro. Por outro lado, demonstrou a fragilidade da organização das mulheres dentro do partido e a necessidade de se concretizarem propostas e encaminhamentos claros para a intervenção interna e externa.

Cerca de sessenta mulheres, representando a capital e cinco cidades do interior, discutiram uma pauta centrada não mais na discussão geral sobre a discriminação da mulher como nos encontros anteriores. O debate orientou-se para os problemas do Movimento de Mulheres hoje, e nossas posições e tarefas enquanto mulheres petistas. A pouca sistematização das discussões, no entanto, permitiu um avanço pequeno no sentido de preparar o partido para intervir no movimento, num momento propício para o seu crescimento organizativo e político, sem que se corra o risco de diluí-lo nas eleições.

Passando pela discussão da autonomia do movimento e por um posicionamento contrário às Federações de Mulheres, que se organizam sem representatividade real, a discussão centrou-se nas formas de organização internas ao partido. Com a preocupação de não criar instâncias paralelas, foi ressaltada a necessidade da formação de comissões de mulheres nos diretórios, como forma de criar e desenvolver no PT a consciência da importância da luta contra a discriminação da mulher.

Vários depoimentos deixaram claro que a importância dessa luta e a necessidade da organização do Movimento de Mulheres não é uma questão resolvida dentro do partido. A preocupação que o PT assuma realmente as bandeiras do Movimento passa não só pelo

Está aí o Encontro Nacional do PT sobre o Movimento de Mulheres. Vários estados vêm se preparando e cresce a discussão no interior de todo o partido. Aqui, um balanço de alguns destes encontros estaduais e a nossa contribuição para uma questão que consideramos chave: eixos políticos para o trabalho petista junto às mulheres, nestas eleições.

amadurecimento da questão dentro do partido mas por uma clareza e intervenção efetiva.

Como um primeiro passo na preparação do PT para a campanha eleitoral, foi feita a proposta de debates com as candidatas e candidatos sobre a questão da mulher, e a preparação de textos sobre pontos específicos de reivindicação.

A discussão sobre a organização interna, como a formação de comissões -- como incentivá-las, seu papel no período eleitoral -- não conseguiu definir propostas mais concretas. Como tom geral prevaleceu a idéia da necessidade dessas comissões trabalharem como assessoramento do partido, em contato com os comitês unitários, levando o programa feminista para o conjunto da campanha. Resta ainda definir formas de impulsionar a formação de grupos de mulheres e elaboração de material que subsidie tal trabalho nos bairros de São Paulo e no interior.

São Paulo sai desse encontro Estadual com uma discussão razoável mas sem propostas organizativas amarradas e sem um programa. Fica assim para o Encontro Nacional a tarefa de sistematizar as discussões e transformá-las num plano de ação, objetivo que seja um instrumento para o PT concretizar seu projeto de incentivar e fortalecer os movimentos de organização sociais, no caso específico do Movimento de Mulheres. (M. Carmo Godinho).

Como trabalhar nas eleições

Já começou a pressão sobre os candidatos petistas para que se posicionem sobre a opressão da mulher. O que o Lula pensa do aborto? O que o PT propõe sobre o divórcio? Como conquistar o voto da metade feminina do eleitorado?

Essas são pressões reais, que não podemos desconhecer. Mas antes de mais nada, é preciso colocar, também para as mulheres, o sentido geral da campanha eleitoral petista: não queremos apenas o voto, mas a organização das mulheres, sua participação política, sindical feminista.

Nunca é demais lembrar que um verdadeiro partido de massas, como queremos o PT, deve ganhar a confiança de uma parte expressiva das mulheres. E que um partido que se coloca como tarefa o fim de toda opressão e exploração, precisa incorporar profundamente a luta contra a desigualdade social baseada na diferença de sexo.

Para conseguir essa transformação econômica, cultural e moral, é preciso um movimento de mulheres forte, que comece desde já a sua batalha.

Este movimento existe e começou antes e independentemente do PT. Mas hoje ele vive momentos de impasse, ao compasso do refluxo relativo do conjunto do movimento operário.

A contribuição que o PT pode dar na superação deste impasse é enorme.

Ligando de forma profunda as reivindicações das mulheres à luta dos trabalhadores, o PT pode contribuir para a politização do movimento. A possibilidade de falar a milhares de mulheres, na campanha eleitoral, é a única para agitar as bandeiras feministas e fazer crescer o nível de consciência das mulheres e dos homens. Mas não basta. A contribuição principal do PT ao movimento de mulheres nessa campanha será ao nível da organização de massa, a possibilidade de organizar grupos de base.

No entanto, esta será uma propaganda, estes serão grupos ligados ao PT e não diretamente ao movimento. Será um trabalho partidário. Sabemos que métodos têm as Federações e União de Mulheres, falando em nome do movimento quando são apenas uma corrente partidária, usando as mulheres como simples cabos eleitorais para suas presidentes.

O trabalho do PT nas eleições será partidário, sim. Mas deverá ter como norma e respeito ao movimento, à suas instâncias de decisão e abrirá espaço para que participem do movimento todas as mulheres, independente de sua opinião política. Incentivando o debate político, inclusive sobre os partidos, o PT deve procurar trazer para as suas fileiras o máximo possível dessas companheiras. Mas sempre de forma consciente e aberta, nunca passando a questão do partido "por debaixo do pano".

Além disso, o PT não pode disputar simplesmente uma "fatia" própria do movimento de mulheres, opondo ao movimento partidário que fazem as Federações em nome do PMDB a um movimento petista. A consequência da defesa de um movimento autônomo dos partidos políticos é a defesa da sua unidade. É o que expressa a proposta de "Coordenações de Luta", apresentada pela Comissão de Mulheres do PT de São Paulo, onde todas as correntes de opinião poderão se unificar em torno à ação, às lutas das mulheres.

(M.C.)

Quatro pontos para centrar nossa campanha



O Encontro de Mulheres do PT de São Paulo não chegou a discutir um programa de reivindicações (veja acima). Falar em "Coordenações de Lutas" sem ao menos esboçar quais seriam estas lutas não pode nos levar muito longe. É certo que não existe uma dinâmica nacional e que o movimento de mulheres é heterogêneo, devendo ter espaço para as reivindicações das donas-de-casa e das trabalhadoras, das camponesas, empregadas domésticas, jovens e idosas, mães, filhas, prostitutas...

Mas é possível definir alguns pontos centrais, no sentido de orientar as petistas no seu trabalho junto às mulheres e que possam desde já contribuir para a construção de uma dinâmica mais unificada no movimento de mulheres. É importante, também, conseguir traduzir a luta feminista geral, abstrata em reivindicações e propostas claramente visíveis.

Para isso, é preciso ter como referência a situação atual de crise econômica, desemprego, carestia e miséria crescente; e a "abertura política", que teve como um dos resultados um maior espaço nos meios de comunicação para temas considerados tabu. Esta situação é vivida pelas mulheres com especificidades.

Tradicionalmente desempregadas

Em primeiro lugar, ainda que não haja dados estatísticos, não é difícil deduzir a situação da mulher diante do desemprego. Tradicionalmente, as mulheres são subempregadas, à margem do mercado formal de trabalho e sem seus plenos direitos trabalhistas - a absoluta maioria das mulheres que trabalham fora são trabalhadoras rurais, empregadas domésticas e professoras primárias. Tradicionalmente recebem salários mais

baixos que os homens - de acordo com o censo de 1980, a média mensal dos rendimentos masculinos eram o dobro da média feminina ainda que exercendo a mesma função. Tradicionalmente, por terem uma formação profissional mínima, as mulheres ocupam as profissões mais desqualificadas.

Com o aumento do desemprego, as mulheres estão cada vez mais sendo empurradas para os trabalhos temporários, bicos e subempregos. Estão trabalhando mais, com menos direitos e ganhando menos. Um dos eixos de luta do PT, portanto, deve ser: para trabalho igual salário igual; pela profissionalização da mulher; pela extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras temporárias (bóias-frias, diaristas, domésticas, funcionárias públicas contratadas etc.).

Uma segunda questão que tende a ganhar cada vez maior agudeza é a luta contra a violência sobre a mulher. É clássica a imagem do trabalhador que, cansado do dia de serviço, leva uma bronca do chefe, pega um ônibus lotado e desconta em casa, batendo na mulher. Numa época em que a dignidade humana é cada vez mais pisada, a violência familiar tende a crescer e, também em casa, é do lado mais fraco, mais oprimido, que a corda arrebenta.

Além disso, cresce a violência nas ruas, aumentam os estupros e a violência sexual anônima, principalmente nos bairros da periferia. Portanto, cresce a importância da denúncia, das saídas coletivas à violência sofrida e carregada solitariamente. Neste sentido, a proposta levantada pelas companheiras cariocas (veja ao lado) de incorporar o atendimento às mulheres espancadas ou violentadas a setores especiais dos hospitais públicos e postos de saúde é muito interessante.

Escolher ter filhos ou não e socializar sua educação

O terceiro eixo é uma luta que já vem organizando milhares de mulheres em todo o Brasil: creches diretas, nos locais de trabalho e moradia, sob controle da comunidade, que atendam as crianças até os seis anos de idade. Essa luta traz para o primeiro plano a discussão sobre o trabalho doméstico e o conjunto de reivindicações necessárias para que ele seja assumido como uma função social: restaurantes e lavanderias populares, áreas de lazer, ensino público e gratuito até os 18 anos, etc.

E, finalmente, o contexto de miséria crescente e desemprego vem tornar ainda mais angustiante para as mulheres a impossibilidade de decidir se querem ter filhos ou não e quando. E faz mais urgente a necessidade de um planejamento familiar consciente, do acesso gratuito às informações e meios contraceptivos, de pesquisas sobre métodos seguros e inofensivos tanto para as mulheres quanto para os homens.

O ponto mais sensível desta questão, capaz de mobilizar as mulheres em massa com um objetivo definido é a descriminalização do aborto. Ele deve ser entendido como uma decisão pessoal, para a qual o Estado deve dar informações, meios e recursos de realização. Não podemos esquecer que milhares de mulheres, principalmente das classes populares, hoje, não tendo acesso a métodos contraceptivos e sendo individualmente responsabilizadas pela criação de seus filhos, sem nenhum apoio social, submetem-se às clínicas clandestinas, às curiosas e aos remédios caseiros, pondo em risco a sua própria vida. Apesar da falta evidente de estatísticas, é certo que centenas de mulheres morrem por ano por causa de complicações advindas de abortos.

Igual EM TEMPO
17-30 / 06 / 1982
Data
14-15
Pág.Pauta n.º
N.º do recorte 1284-1

Goiás

Mulheres petistas preparam o encontro

Realizou-se no dia 6 de junho o Encontro Estadual de Mulheres do PT, convocado pela Comissão Executiva do Diretório Regional a partir da convocação do Encontro Nacional, entendendo que o papel do partido frente aos movimentos sociais deve ser aprofundado.

Estiveram presentes cerca de trinta companheiras de seis cidades diferentes do Estado. A pauta do encontro foi baseada na pauta do encontro Nacional. Durante o Encontro, foi realçado por várias companheiras a necessidade de se discutir a questão da mulher, que muitas vezes é colocada de lado, inclusive dentro do próprio partido. Ao final, foi constituído um grupo de mulheres com as funções de agilizar, mobilizar e dar continuidade ao movimento, junto ao Diretório Regional.

A compreensão das companheiras é de que o movimento de

mulheres deve estar ligado às lutas de todos os trabalhadores, mas que nem por isto ele perde a sua especificidade. A luta das mulheres é também de todos os que se colocam na perspectiva de construção do socialismo. Neste sentido, é importante reforçar o papel do PT em apoiar, bem como organizar sua intervenção dentro deste movimento.

Segundo Rosvita, membro da comissão que organizou o encontro e delegada ao Encontro Nacional "apesar do reduzido n.º de companheiras presentes — que se deve à desmobilização do movimento no Estado e também à falta de compreensão da importância do movimento por muitas companheiras e até pelo partido — podemos considerar que o saldo do encontro é positivo. Tanto nas discussões em pequenos grupos, como as propostas aprovadas dão a indicação de que este encontro

foi frutífero. A realização do encontro permite um fortalecimento do movimento, a partir do fortalecimento do compromisso do PT com este movimento.

Desta forma, é importante que o grupo escolhido faça um balanço da situação atual e encaminhe o mais rápido possível às companheiras para que possamos organizar cada vez mais nossas discussões e o papel do Partido frente ao movimento."



Minas Gerais

Foi durante o I Congresso da Mulher Mineira que o PT começou a atuar mais firmemente no movimento de Mulheres no estado. Naquele encontro a atuação petista garantiu que se discutisse nos grupos as questões específicas das mulheres e ainda barrou a proposta de eleição ali mesmo de uma Federação de Mulheres (pacote de última hora do **Hora do Povo**).

Porém, para as mulheres petistas, o saldo maior daquele congresso foi reconhecer a necessidade de um tra-

balho de base permanente e de uma linha de atuação clara sobre a questão da mulher. Durante a pré-convenção estadual, dia 30 de maio, foi feita uma reunião das mulheres, onde se acertou a preparação do Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres também em algumas cidades do interior. Na capital, a preparação inclui três discussões: a discriminação das mulheres na sociedade, avaliação do movimento de mulheres em Minas e as mulheres do PT e as eleições.

(da sucursal)

Tribunal Bertha Lutz

A discriminação no trabalho

Uma proposta deste tipo pode, sem dúvida nenhuma, tornar-se um espaço de denúncia importante. O que não pode é assumir um caráter de "grupo de agitação de temas" ou coisa semelhante. As propostas que surgirem como canal de participação para as mulheres não pertencem a ninguém individualmente. Crescem e frutificam no próprio movimento de mulheres. Neste sentido, a organização do Tribunal teria errado centrando-se na questão da propaganda e agitação, já transferida para segundo plano no movimento de mulheres, que hoje no Brasil já vem se preocupando, com muita razão com a questão da **Organização das mulheres**. Para que não aconteça que algumas **apresentem**, outras **assistam** e outras, a grande maioria, permaneçam cuidando das crianças ou nas beiradas dos fogões. (S.F.L.)

No último sábado de maio, dia 29, realizou-se, no auditório do Colégio Sion, Higienópolis, São Paulo, a abertura do Tribunal Bertha Lutz, levando como primeiro tema, a discriminação da mulher no trabalho. Outros temas se seguirão. Aos moldes

do Tribunal Bertrand Russel, de denúncia dos crimes nazistas, na Europa, o Bertha Lutz se propõe a relacionar e a denunciar todo tipo de arbitrariedades cometidas contra a mulher nesta sociedade em que é, sem trégua, discriminada.

No palco montaram um "júri simulado", presidido pela advogada Zulaê Cobra Ribeiro e composto por dois nomes conhecidos: Almino Afonso (defesa da mulher) e Assunta Peres ("a empresa"). Desfilaram trabalhadoras de diversas áreas para depor sobre a sua própria situação de trabalho, foram apresentados alguns números artísticos e vários pronunciamentos, destacando-se o de Abdias do Nascimento que, segundo disse, representava duas mulheres negras: "se as mulheres representam mais da metade da população, as negras representam mais da metade das mulheres brasileiras. No entanto, aqui, foi tocado o problema da mulher negra muito timidamente e, garanto que para estarem presentes neste auditório, muitas de vocês deixaram uma negra cuidando dos filhos, ou na beirada do fogão"...

Rio de Janeiro

Uma rara iniciativa de unidade

Feministas cariocas de vários grupos diferentes e pertencentes ao PT, PMDB e PDT reuniram-se e definiram uma plataforma comum, para a qual estão buscando o apoio dos candidatos da oposição. As petistas, por exemplo, estão propondo tomar como base este texto e avançar algumas questões. Esta foi uma rara — e produtiva — iniciativa de unidade, colocando o movimento acima das divergências partidárias e contribuindo para que o espaço eleitoral seja ocupado pela discussão feminista. Reproduzimos a seguir os pontos sobre "Trabalho" e "Saúde", como contribuição para a discussão de um programa feminista para as eleições.

TRABALHO

(...) O trabalho da mulher deve ser considerado sob dois aspectos distintos: o **trabalho remunerado**, que ela exerce fora do lar, lado a lado com o homem, geralmente considerado como "acessório" e com pior remuneração; o **trabalho doméstico**, rotineiro e invisível, através do qual é garantida a reprodução e manutenção da força de trabalho. A verdadeira integração da mulher na sociedade só ocorrerá quando: houver **salário justo e igual para trabalho igual**; e as tarefas domésticas forem consideradas como responsabilidade de todos, como **função social**.

Estas são nossas reivindicações no que se refere ao **trabalho remunerado**:

1. Estabelecimento da obrigatoriedade de construção de creches para os filhos de até seis anos de todos os trabalhadores, independente de sexo.
2. Adoção imediata da licença de um mês para o pai trabalhador, após o nascimento do filho.
3. Reconhecimento do atestado médico referente ao atendimento do filho menor para abonar a falta ou o

atraso da mãe ou do pai trabalhadores.

4. Estabilidade de 120 dias para a mulher no emprego, após o término da licença-maternidade.
5. Efetiva garantia da estabilidade da gestante, que só poderá ser demitida por justa causa comprovada em inquérito judicial.
6. Previsão, na legislação trabalhista, da discriminação sexual como causa para a rescisão indireta do contrato de trabalho.

No sentido de facilitar o **trabalho doméstico** reivindicamos:

7. Educação gratuita para todos, em horário integral, até 18 anos.
8. Construção de creches e escolas, até o 2º grau, em favelas e bairros.
9. Garantia de alimentação aos menores, através da merenda escolar gratuita e obrigatória, nas creches e escolas até o 2º grau.
10. Instalação de restaurantes populares para alimentação dos trabalhadores.
11. Exigência de construção de creches, escolas, lavanderias e restaurantes em todos os projetos de conjuntos habitacionais do BNH e COHABs.
12. Construção de áreas de lazer em todas as favelas e bairros.
13. Aprimoramento do sistema de transportes coletivos.

CORPO E SAÚDE

(...) 1. Adoção - a partir de uma ampla discussão junto a instituições e entidades populares — de um programa de planejamento familiar que garanta às mulheres o conhecimento sobre os diversos métodos anticoncepcionais e suas consequências, para que tenham o direito, livre e consciente, de controlar sua função reprodutora.

2. Promoção de pesquisas sobre novos métodos anticoncepcionais seguros e inofensivos, tanto para homens como para mulheres. (...)

3. Descriminalização do aborto e legalização de sua prática até 12 semanas.

4. Incentivo à criação de cursos obrigatórios (e não opcionais) sobre sexualidade humana nas escolas de medicina e de áreas correlatas.

5. Abertura de postos de saúde em todas as favelas e bairros.

6. Criação de um setor, nos postos de saúde e nos hospitais públicos, com os seguintes objetivos:

- a) Ampliação do quadro médico e assistencial, no sentido de atender às mulheres em todas as fases de sua vida, todas as vezes que ela voluntariamente se apresentar.
- b) Prática de um atendimento que leve em conta suas necessidades biológicas, psíquicas e culturais.
- c) Prestação de assistência médica, psicológica e jurídica às mulheres espancadas e vítimas de estupro ou violência sexual, emissão do competente laudo médico e encaminhamento da ocorrência às autoridades policiais e jurídicas.
- d) Criação de cursos de formação e informação para a mulher, de acordo com as idades e fases: menstruação, relações sexuais, métodos anticoncepcionais, gravidez, aborto, menopausa.
- e) Garantia de pré-natal gratuito, acompanhado de curso pré-parto, visando à preparação psicológica dos pais, ao conhecimento de cuidados com o recém-nascido, da dinâmica do parto e das opções possíveis, do pós-parto e do aleitamento.
- f) Promoção de livre acesso aos conhecimentos sobre os métodos para evitar a gravidez, com explicação sobre seus efeitos, para que as mulheres não sejam manipuladas por políticas estatais, natalistas ou antinatalistas.
- g) Orientação à mulher no que diz respeito ao aborto: indicações, consequências, riscos, atendimento psicológico etc, cuidando para que ele não seja entendido como método contraceptivo.